



SER EDUCACIONAL S.A
Companhia Aberta – CVM nº 23221
CNPJ 04.986.320/0001-13 - NIRE 26.3.0001679-6

Manual e Proposta da Administração para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da SER EDUCACIONAL S.A. de 30 de abril de 2020

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	Pág. 3
Orientações para Participação nas Assembleias	Pág. 5
Edital de Convocação	Pág. 13
Proposta da Administração para deliberação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 30 de abril de 2020	Pág. 17

ANEXOS AO MANUAL DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

ANEXO I. Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	Pág. 29
ANEXO II. Informações Requeridas pelo “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM 481/09	Pág. 87
ANEXO III. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador a Membros do Conselho de Administração (Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)	Pág. 95
ANEXO IV. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador e Acionistas Minoritários a Membros do Conselho Fiscal (Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)	Pág. 106
ANEXO V. Informações Requeridas no art. 12 da Instrução CVM nº 481/09 (Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480)	Pág. 112
ANEXO VI. Quadro comparativo contendo a redação atual, a redação proposta e comentários da administração relativos a alteração do Estatuto Social	Pág. 140
ANEXO VII. Estatuto Social consolidado	Pág. 142
ANEXO VIII. Declarações dos Candidatos a Membros Independentes do Conselho de Administração	Pág. 172

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Recife/PE, 27 de março de 2020.

Prezados Acionistas,

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos acerca das matérias a serem deliberadas nas próximas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") da Ser Educacional S.A., ("Companhia" ou "Ser Educacional") a realizarem-se no dia 30 de abril de 2020.

As Assembleias serão realizadas na sede social da Companhia, localizada na Avenida da Saudade, 254, bairro de Santo Amaro – Sala do Conselho de Administração, na cidade de Recife/PE, às 14h00.

Tendo em vista que este é um momento importante para esclarecer dúvidas, conhecer os resultados alcançados pela Companhia e, acima de tudo, para exercer seu direito de voto e participar ativamente das decisões sobre temas relevantes da Companhia, seguem abaixo informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos às Assembleias, bem como a apresentação das propostas da Administração para cada uma das matérias objeto de deliberação.

Nesse sentido, em observância ao procedimento previsto na Instrução CVM 481/09, conforme alterada, os acionistas poderão participar das Assembleias e exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto a distância estão detalhadas no decorrer deste documento.

Atenciosamente,

José Janguê Bezerra Diniz

Presidente do Conselho de Administração

Orientações para Participação nas Assembleias

De acordo com as exigências da Lei das S.A., e salvo determinação legal em contrário, a Companhia realizará as Assembleias na sua sede social. A participação dos acionistas nas Assembleias poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). Não obstante, como é do conhecimento de V.Sas., o Brasil e o mundo enfrentam um momento delicado com o novo coronavírus (COVID-19). Dentre as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, inclui-se evitar aglomerações de pessoas, tais como assembleias gerais.

Nesse sentido, em consonância com tais recomendações e para diminuir o risco de propagação do coronavírus, a administração da Companhia recomenda que os seus acionistas exerçam seu direito de voto através dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 481/09, evitando comparecer pessoalmente às Assembleias.

Para fins de participação presencialmente, os acionistas poderão comparecer à sede da Companhia nas datas das Assembleias e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras descritas abaixo de legitimação e representação.

Acionista Presente

O acionista que desejar participar das Assembleias deverá se apresentar alguns minutos antes do horário indicado no Edital de Convocação para sua realização (14h00 do dia 30 de abril de 2020), portando os seguintes documentos:

- (i) pessoa física - documento de identificação com foto. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- (ii) pessoa jurídica - documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada do último Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato

Social do seu administrador (ou do gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal.

A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa.

Acionista Representado por Procurador

O acionista que não puder comparecer às Assembleias poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira.

O Parágrafo Primeiro do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia solicita que os documentos de representação abaixo descritos sejam depositados na sede social da Ser Educacional em até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização das Assembleias (ou seja, até às 14h00 do dia 28 de abril de 2020).

Documentos de Representação:

- Instrumento de mandato (Procuração), com poderes especiais para representação nas Assembleias;
- Comprovante da titularidade das ações de emissão da Ser Educacional, expedido por instituição financeira depositária e/ou agente de custódia, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data da realização das Assembleias;
- Documento de identificação com foto do(a) procurador(a); Estatuto Social ou Contrato Social e documentos societários que possam evidenciar a representação legal do acionista, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e
- Caso o acionista seja constituído sob a forma de fundo de investimento, (i) regulamento consolidado mais atualizado do fundo; e (ii) estatuto social ou ato(s) constitutivo(s) mais atualizado(s) do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A solicitação de depósito prévio da documentação necessária pelo acionista que pretende fazer-se representar por procurador legalmente constituído visa somente facilitar os trabalhos de preparação das Assembleias, não representando obstáculo à sua participação.

Importante registrar que as procurações outorgadas no exterior deverão ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião Público ou Notário Público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro ou apostiladas e traduzidas para o português por tradutor juramentado.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Os documentos de representação deverão ser enviados à Ser Educacional S.A., na Avenida da Saudade, 254, CEP 50100-200, Santo Amaro - Recife, PE, Brasil, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

Acionista optante pela participação através do sistema de votação à distância

Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Em atendimento ao disposto pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481, a Companhia adotará o sistema de votação à distância nas Assembleias.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias das Assembleias:

(i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

(ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central; ou

(iii) por boletim de voto à distância enviado diretamente à Companhia, conforme os Boletins de Voto disponibilizados na página da Companhia

(<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (*internet*).

Ressalvada a exceção prevista na Instrução CVM 481, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente das Assembleias, portando os documentos exigidos conforme estabelecido na seção “**Acionista Presente**”, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observadas as regras e prazos por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Instrução CVM 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 23/4/2020 (inclusive), salvo se prazo mais benéfico for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os

procedimentos e prazos aplicáveis.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM 481, os referidos prestadores de serviços, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia ou escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. da Saudade, 254, Santo Amaro, Recife/PE – Brasil, CEP: 50.100-200, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física original ou digitalização da via original dos boletins de voto a distância relativos à cada uma das Assembleias, devendo estar devidamente preenchidos, rubricados e assinados e com firmas reconhecidas, bem como a notarização e consularização, caso assinado no exterior;

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do Art. 40 da Lei das S.A., para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

(iii) cópia autenticada ou digitalização da via original dos documentos descritos acima nas seções Acionista Presente e Acionista Representado por Procurador, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i), (ii) e (iii) acima aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico ri@sereducacional.com

Nos termos da Instrução CVM 481, o boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia deverá ser recebido até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, ou seja, até 23/4/2020 (inclusive).

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i), (ii) e (iii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à

Companhia e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos nos itens (ii) e (iii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista, no prazo de 3 dias contados do recebimento do boletim de voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

Lembramos que a equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias para deliberação através dos seguintes canais de comunicação:

Endereço Eletrônico: ri@sereducacional.com

Telefone: + 55 11 2769-3223

Informações Adicionais

O acionista que decidir votar a distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das S.A., desde que o respectivo boletim de voto a distância seja considerado válido pela Companhia.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido boletim de voto a distância recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa das Assembleias, instruções de voto a distância de acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente às Assembleias, solicitarem exercer o voto presencialmente.

Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleias deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente às Assembleias.

Editais de Convocação

SER EDUCACIONAL S.A

CNPJ 04.986.320/0001-13

NIRE 26.3.0001679-6

Companhia Aberta

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convidamos os Senhores Acionistas da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2020, às 14h00, na sede social da Companhia, situada na Avenida da Saudade, 254, bairro de Santo Amaro, sala do Conselho de Administração, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **(b)** proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e distribuição de dividendos; **(c)** aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2020; **(d)** determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração, enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração, **(e)** instalação do Conselho Fiscal, **(f)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(g)** aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, de forma a alterar a redação do caput do artigo 5º para refletir a nova quantidade de ações emitidas pela Companhia, tendo em vista o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, **(b)** consolidação do Estatuto Social e **(c)** ratificar a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas, provenientes de parte da reserva de lucros, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de maio de 2019.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial o Manual de Participação dos Acionistas nas Assembleias, que

incluí as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas, bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), na rede mundial de computadores (*internet*).

De acordo com as exigências da Lei das S.A., e salvo determinação legal em contrário, a Companhia realizará as Assembleias na sua sede social. A participação dos acionistas nas Assembleias poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

Como é do conhecimento de V.Sas., o Brasil e o mundo enfrentam um momento delicado com o novo coronavírus (COVID-19). Dentre as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, inclui-se evitar aglomerações de pessoas, tais como assembleias gerais.

Nesse sentido, em consonância com tais recomendações e para diminuir o risco de propagação do coronavírus, a administração da Companhia recomenda que os seus acionistas exerçam seu direito de voto através dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da Instrução CVM 481, evitando comparecer pessoalmente às Assembleias.

Os acionistas podem se fazer representar por procurador constituído por instrumento público ou particular, há menos de 1 (um) ano, conferido exclusivamente a acionista maior e capaz, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, devendo o instrumento conter os requisitos elencados na Lei das S.A. e na Instrução CVM 481. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notarização, consularização ou apostilamento e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Com o objetivo de promover agilidade no processo de realização das Assembleias, a Companhia solicita aos acionistas o depósito de procurações e documentos de representação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização das Assembleias, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores na sede da Companhia, em conformidade com o parágrafo primeiro do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. Não obstante, os acionistas que comparecerem às Assembleias munidos dos documentos exigidos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Observando o procedimento previsto na Instrução CVM 481, os acionistas poderão participar das Assembleias e exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM 481, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação nas Assembleias.

O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09. Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das Assembleias.

Recife/PE, 27 de março de 2020.

José Janguê Bezerra Diniz
Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração para deliberação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 30 de abril de 2020

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da **SER EDUCACIONAL S.A.** ("Companhia" ou "Ser Educacional"), em conformidade com as disposições previstas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481") vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, apresentando os esclarecimentos necessários a cada um dos itens que devem ser deliberados, para que os acionistas possam votar de forma consciente e informada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2020.

Em Assembleia Geral Ordinária

(a) Apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2020.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No mesmo sentido, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer sem ressalvas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o referido exercício, em reunião realizada em 26 de março de 2020.

A Administração recomenda a V. Sas. que examinem detidamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. no dia 27 de março de 2020 na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (*internet*) e publicados, em 27 de março de 2020, no jornal "Jornal do Commercio", no "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e no jornal "Valor Econômico".

Por fim, a Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (*internet*), além de constarem como **Anexo I** à presente Proposta.

(b) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e distribuição de dividendos

O lucro líquido da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 136.372 mil.

Conforme a legislação e o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- i)** Alocação de 5% do lucro líquido para a reserva legal, no montante de R\$6.819 mil, por força do disposto no artigo 193 na Lei das S.A.;
- ii)** Proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$38.866 mil; e
- iii)** Alocação de R\$90.687 mil para a constituição da reserva de retenção de lucros com base em proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2020, apresentada abaixo, também submetida à deliberação dos acionistas na Assembleia, tendo em vista o disposto no artigo 196 da Lei das S.A.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ajustado nos termos do artigo 202, I, perfaz o montante de R\$129.554 mil. O dividendo obrigatório sobre tal montante é de R\$38.866 mil, ou R\$0,301939753 por ação.

Em 10 de setembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento, conforme previsto em sua Política de Dividendos, de dividendos intermediários relativos ao lucro líquido

apurado até 30 de junho de 2019, no valor de R\$32.803 mil, correspondentes a R\$0,254837208 por ação da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de agosto de 2019. Dessa forma, o montante remanescente devido a título de dividendo mínimo obrigatório é de R\$6.063 mil, correspondente a R\$0,047102544 por ação.

Sendo assim, a Administração propõe a distribuição de montante do lucro líquido ajustado, a título de dividendos, no valor de R\$38.866 mil, ou seja, R\$0,301939753 por ação, e a alocação do lucro líquido remanescente conforme abaixo:

Destinação do Lucro Líquido de 2019	R\$ mil
Lucro líquido do exercício de 2019	136.372
Reserva legal	6.819
Dividendos Mínimos Obrigatórios - exercício 2019	38.866
Reserva de retenção de lucros	90.687
Dividendos de 2019	
Dividendos apurados pelo lucro líquido do exercício 2019	38.866
Dividendos intermediários pagos em 10/9/2019	(32.803)
<u>Dividendos a distribuir</u>	<u>6.063</u>
<u>Dividendo a distribuir por ação</u>	<u>0,047102544</u>

Propõe-se o pagamento dos dividendos em parcela única, até 30 de junho de 2020, com base na posição acionária de 30 de abril de 2020. Por conseguinte, as ações serão negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 4 de maio de 2020, inclusive.

O pagamento será realizado na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM 481, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), também estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **Anexo II**.

(c) aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2020

A Diretoria desenvolveu um plano de investimentos para o exercício de 2020 que prevê investimentos em equipamentos, informática, construções e instalações. Nesse sentido, o Conselho de Administração submete aos acionistas e propõe a aprovação do

orçamento de capital correspondente pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, conforme o disposto pela tabela abaixo do Plano de Investimentos/Orçamento de Capital:

Uso de Recursos (R\$ mil)

Máquinas, equipamentos, ferramentas, laboratórios e bibliotecas	28.222
Informática (hardware e software) / Intangível	27.916
Construções e instalações	12.918
Capital de giro	21.631
Total de investimentos previstos para 2020	90.687

As fontes de financiamento propostas para o orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2020 serão:

Fonte dos recursos (R\$ mil)

Reserva de retenção de lucros, com base no art. 196 da Lei das S.A.	90.687
---	--------

Diante do acima exposto, o Conselho de Administração também submete aos Acionistas e propõe a aprovação deste orçamento de capital pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM 481, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), também, estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **Anexo II**.

d) Determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração, enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração*Determinação do Número Efetivo de Membros do Conselho de Administração*

Nos termos do disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para as Assembleias, a definição do número de membros do

Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação quando o estatuto social dispõe sobre um número mínimo e um número máximo de conselheiros.

O caput do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Desta forma, a Administração da Companhia propõe a eleição de 6 (seis) membros para compor o Conselho de Administração, sendo 3 (três) Conselheiros Independentes.

Enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos às vagas de conselheiros independentes assinaram declarações atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, conforme consta no Anexo VIII desta Proposta.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia recomenda aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento dos Srs. Herbert Steinberg, Flávio César Maia Luz e Sidney Levy como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

Tendo em vista o encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 140 da Lei das S.A. e do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, compete à assembleia geral a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

O acionista controlador da Companhia propõe a eleição, para um mandato de 1 (um) ano ou até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas da Companhia referentes ao exercício social de 2020, o que ocorrer primeiro, da seguinte chapa composta pelos candidatos a membros do Conselho de Administração a seguir:

Candidatos a Membros do Conselho de Administração

Nomes	Membros Independentes
--------------	------------------------------

José Janguê Bezerra Diniz	Não
Francisco Muniz Barreto	Não
Jânio Janguê Bezerra Diniz	Não
Herbert Steinberg	Sim
Flávio César Maia Luz	Sim
Sidney Levy	Sim

Ressalte-se que as informações requeridas pelo art. 10 da Instrução CVM 481 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** desta Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (www.sereducacional.com.br/ri), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito ou fazê-lo nas Assembleias, informando o nome completo e qualificação dos candidatos, incluindo (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias; e (iii) as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme disposto pela Instrução CVM 481.

Os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos por votação majoritária ou por voto múltiplo. A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso acionistas representando ao menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia assim requeiram. Para o Conselho de Administração composto por 6 (seis) membros e considerando a presença de ações representando a totalidade do capital social na Assembleia (128.721.560 ações emitidas, não havendo ações em tesouraria nesta data), são necessários, no mínimo, 18.388.796 ações, ou 110.332.772 votos (atribuindo-se a cada ação 6 (seis) votos, nos termos do caput do artigo 141 da Lei das S.A.), para a eleição de um membro do Conselho de Administração da Companhia. Tais quantidades podem variar na Assembleia conforme o número efetivo de ações presentes e admitidas à votação.

Ainda com relação à eleição de Conselheiros de Administração pelos acionistas não controladores, ressalta-se que na reunião realizada em 11/04/2006, o Colegiado da CVM deliberou manter a interpretação do artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das S.A. dada na reunião de 08/11/2005 (Processo CVM RJ/2005/5664), que, nos casos em que a companhia somente tenha emitido ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total de ações com direito a voto. e que comprovarem a titularidade ininterrupta de tal participação acionária durante o período de 3 (três) meses anteriores à data da Assembleia.

(e) Instalação do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe a instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2020, tendo em vista o incremento de governança corporativa decorrente do desempenho da função de fiscalização da gestão da administração pelo Conselho Fiscal.

(f) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com o mandato até a assembleia geral ordinária seguinte à de sua eleição.

De acordo com o artigo 162 da Lei da S.A., somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro Fiscal.

Ademais, são inelegíveis para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147 da Lei das S.A., membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia.

O acionista controlador indica a seguinte chapa composta pelos candidatos abaixo para o mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2020:

Conselheiros Efetivos	Conselheiros Suplentes
Fernando Eduardo Ramos dos Santos Nazareno Habib Ouvidor Bichara	Antônio Carlos Moreira Ventura Francisco de Assis Gomes Silva

A Companhia informa que recebeu indicação de acionistas minoritários para concorrerem ao cargo de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, uma vez que a Companhia preenche o requisito previsto no parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das S.A., conforme decisão proferida no Processo CVM RJ 2007/11086.

Os acionistas minoritários indicaram o seguinte candidato para concorrer à eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2020:

Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
Reginaldo Ferreira Alexandre	Walter Luís Bernardes Albertoni

Nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, poderá haver a indicação de candidatos para as vagas de representantes dos acionistas minoritários para o Conselho Fiscal da Companhia.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no artigo 10 da Instrução CVM 481 observadas as regras e condições de eleição previstas no artigo 162, combinado com o artigo 147, ambos da Lei das S.A.

A despeito dos procedimentos de indicação prévia e divulgação, o candidato a membro do Conselho Fiscal poderá ser apresentado nas próprias Assembleias Gerais pelo acionista, por grupo de acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, que deverão apresentar os documentos e informações acima mencionados.

Tendo em vista o entendimento da CVM de que a eleição de suplente de membro do Conselho Fiscal é obrigatória para assegurar a efetividade do órgão, a Companhia recomenda aos acionistas que submeterem a indicação de candidato que também indiquem um candidato a exercer o cargo de respectivo suplente.

As informações sobre eventuais candidatos serão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Destaca-se que as informações requeridas no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, relativas aos candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor o Conselho Fiscal se encontram no **Anexo IV** da Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(g) Aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020

Nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., compete à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global anual dos administradores. O Conselho de Administração propõe aos Acionistas a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) no valor de R\$11.814 mil. A remuneração proposta para deliberação da Assembleia Geral Ordinária é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos membros da Diretoria. Destacamos que o Conselho de Administração faz jus somente a uma remuneração fixa.

Do valor total de remuneração proposta para os Administradores da Companhia, R\$4.270 mil destina-se à remuneração fixa do Conselho de Administração e o montante máximo de R\$7.544 mil destina-se à remuneração fixa e variável da Diretoria Estatutária.

A proposta do valor total da remuneração para os membros do Conselho de Administração ficou em aproximadamente 5,5% acima do montante aprovado para o exercício social de 2019, que foi no valor total de R\$4.048 mil, e se justifica pelo fato do reajuste pela inflação e participação nos comitês do Conselho de Administração.

A proposta do valor total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária está em aproximadamente 11,0% acima do montante aprovado para o exercício social de 2019, que foi no valor total de R\$ 6.798 mil, e esse incremento refere-se ao aumento salarial dos diretores estatutários da Companhia. Se considerarmos o cálculo em cima do valor realizado em 2019, o aumento é de 17% e refere-se ao provisionamento do pagamento de bônus de remuneração variável por atingimento de metas.

A Administração da Companhia propõe, ainda, que a Assembleia aprove o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal no valor de R\$ 432 mil, valor que atende aos parâmetros previstos no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. Em comparação à remuneração dos membros do Conselho Fiscal aprovada no exercício social de 2019, houve uma redução de 2,7%, em virtude do reajuste salarial e do aumento do valor da remuneração da Diretoria Estatutária.

A proposta do valor total da remuneração dos membros do Conselho Fiscal está de acordo com o disposto no art. 162, §3º, da Lei das S.A.

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 12 da Instrução CVM 481, estão disponíveis na sede da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), bem como no **Anexo V** à Proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária

(a) Alteração do estatuto social da Companhia

A Administração propõe a aprovação pela Assembleia da seguinte alteração ao Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar a redação do caput do artigo 5º para refletir a nova quantidade de ações emitidas pela Companhia, tendo em vista o cancelamento das ações mantidas em tesouraria. Desta forma, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por 128.721.560 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e uma mil, quinhentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em atendimento ao disposto no art. 11 da Instrução CVM 481, os **Anexos VI e VII** desta Proposta contém (i) quadro comparativo contendo a redação atual, redação proposta e comentários da administração a cada um dos itens, e (ii) versão do Estatuto Social consolidando a alteração proposta. Referido anexo está disponível para consulta dos Acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (www.sereducacional.com/ri), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) Consolidação do estatuto social da Companhia

A Administração propõe, ainda, no que se refere ao Estatuto Social, a consolidação das alterações submetidas à aprovação da Assembleia. A versão consolidada proposta pela Administração encontra-se no **Anexo VII** desta Proposta.

(c) Ratificar a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas, provenientes de parte da reserva de lucros, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de maio de 2019.

Ratificar a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de maio de 2019, no montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), provenientes de parte da reserva de lucros constante do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2019 e resultado de lucros retidos de exercícios sociais anteriores, correspondentes a R\$1,942176586 por ação da Companhia. Tiveram direito aos dividendos todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data de 14 de maio de 2019, sendo as ações negociadas ex-direito a partir do dia 15 de maio de 2019, inclusive. Os dividendos acima foram integralmente pagos em 24 de maio de 2019.

ANEXO I

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA (ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

Assim como nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, os itens e informações incluídos neste quadro 10 do formulário estão expressos na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Com isso, exceto quando expresso de forma diferente, as informações são apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Ser Educacional S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

Os Diretores destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board*).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 31 de dezembro de 2019, a rede de instituições de ensino da Companhia era composta por 58 unidades em operação, localizadas nas regiões Nordeste e Norte, regiões estas que os Diretores acreditam apresentar maior potencial de crescimento em razão de possuírem as menores taxas de penetração do ensino superior, e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e das unidades credenciadas, conforme plano de expansão orgânica da Companhia.

Em 01 de novembro de 2019, foi realizada a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças e a efetiva transferência de 100% das ações representativas do capital social da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, com sede em Manaus-AM, para o CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., subsidiária da Ser Educacional S.A. Com isso, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 2 universidades e 9 centros universitários.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com um total de 184.811 alunos, dos quais 168.966 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 145.496 alunos na modalidade graduação presencial e 23.470 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino a distância (EAD), 14.611 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 6.594 alunos na modalidade presencial e 8.017 alunos na modalidade por ensino a distância, e 1.234 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com um total de 150.209 alunos, dos quais 141.596 estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 127.837 alunos na modalidade graduação presencial e 13.759 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino a distância (EAD), 8.358 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 5.235 alunos na modalidade presencial e 3.123 alunos na modalidade por ensino a distância, e 255 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com um total de 152.423 alunos, dos quais 143.407 estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 133.945 alunos na modalidade graduação presencial e 9.462 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino a distância (EAD), 8.689 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 6.433 alunos na modalidade presencial e 2.256 alunos na modalidade por ensino a distância, e 327 alunos matriculados em cursos técnicos.

Na opinião dos Diretores, a Companhia apresentou expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que entre 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2019, a sua base de alunos de graduação presencial cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 20,0%. Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ainda em um ambiente político e econômico desafiador para o Brasil, a Companhia apresentou redução de 2,0% em sua base de alunos de graduação presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2018, na análise considerando as mesmas unidades. Na análise considerando os alunos da UNINORTE, cuja aquisição foi finalizada em novembro de 2019, conforme comunicado ao mercado arquivo na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 01 de novembro de 2019, a base de alunos de graduação presencial apresentou um aumento de 13,8% em relação à base final de graduação presencial de 2018. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou redução de 4,6% em sua base de alunos de graduação presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2017.

A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 27,4% entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.262.486 mil e R\$ 1.275.986 mil, respectivamente, representando um crescimento de 1,1%. Com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e o período de 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.231.785 mil e R\$ 1.262.486 mil, respectivamente, representando um crescimento de 2,5%.

Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 25,4% e 26,2%, respectivamente, e nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 26,9% e 25,4%, respectivamente. Os Diretores destacam que a administração financeira da Companhia é focada na rentabilidade e na excelência da gestão, refletida na qualidade dos indicadores financeiros da Companhia, tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da carteira de recebíveis e inadimplência da Companhia.

A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em			% Variação	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	19x18	18x17
Receita Líquida	1.275.986	1.262.486	1.231.785	1,07%	2,49%
Lucro Bruto	695.473	685.496	675.140	1,46%	1,53%
EBITDA (1)	391.176	309.604	321.125	26,35%	-3,59%
EBITDA Ajustado (2)	334.795	320.130	331.500	4,58%	-3,43%
Lucro Líquido	136.372	201.279	197.475	-32,25%	1,93%
Número Final de Alunos Graduação	145.496	127.837	133.945	13,81%	-4,56%
Número Final de Alunos Pós-Graduação	6.594	5.235	6.433	25,96%	-18,62%
Número Final de Alunos Cursos Técnicos	1.169	183	229	538,80%	-20,09%
Número Final de Alunos Ensino a Distância	31.552	16.954	11.816	86,10%	43,48%
Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo	92.137	133.446	29.205	-30,96%	356,93%
Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo	90.041	172.772	285.655	-47,88%	-39,52%
Caixa e Equivalentes de Caixa	215.173	314.731	279.286	-31,63%	12,69%
Títulos e Valores Mobiliários	91.290	606.167	632.427	-84,94%	-4,15%

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

(2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa; e (c) os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Apesar dos sinais do início de recuperação da economia do País durante o exercício social de 2019, mas ainda num cenário desafiador de adversidades enfrentadas, tais como: (i) crescimento da economia brasileira abaixo do esperado, em especial das regiões Norte e Nordeste, (ii) desaceleração da confiança dos consumidores e uma melhoria mais lenta das taxas de desemprego, além da (iii) forte retração observada nos programas governamentais, principalmente com relação ao FIES, os resultados econômico-financeiros demonstram que a Companhia conseguiu, com sucesso, sustentar crescimento moderado de receita líquida e do lucro líquido, na comparação entre os exercícios de 2019 e 2018, mantendo o plano de ação iniciado 2018 para uma gestão eficiente dos custos e despesas e manutenção de uma estrutura operacional adequada à base de alunos atual da Companhia, atuando, em 2019, com 55 campi presenciais em operação e 273 polos de ensino a distância (EAD), um aumento de 33% em relação aos 205 polos em operação em dezembro de 2018, mantendo-se firme em sua estratégia de se tornar uma empresa com alcance nacional, com forte presença nas regiões Nordeste e Norte e relevante nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

Os Diretores destacam que a Companhia monitora o seu endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida da Companhia dividida por seu resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação, exaustão e amortização e outros itens (EBITDA Ajustado). A dívida líquida da Companhia, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, somado ao total de compromissos a pagar, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores destacam que a Companhia monitora de forma sistemática o seu nível de endividamento, o que evita a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de liquidez não prevista. Na opinião dos Diretores, a Companhia tem recursos de liquidez e capital suficientes para cobrir os seus custos e despesas operacionais, e dívidas de outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os Diretores acreditam ser possível contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições a taxa de juros razoáveis.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 ficou negativo em 2,3%, contra 51,1% negativo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, em virtude da distribuição extraordinária de dividendos de R\$250,0 milhões, da aquisição da UNINORTE pelo montante de R\$185,0 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o índice de alavancagem financeira foi negativo em 51,1%, ante 42,9% negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em virtude de uma maior geração de caixa operacional em 2018 e do pagamento de compromissos a pagar e empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pelo maior volume de pagamento de dividendos e pelo plano de recompra de ações executado durante o exercício 2018. Os investimentos em aquisições de outras instituições de ensino, foram parcialmente compensados pela geração de resultados operacionais por conta do aumento no número de alunos matriculados.

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total de empréstimos e financiamentos bancários	64.728	88.850	113.979
Total de Debêntures	117.450	217.368	200.881
Total de compromissos a pagar	94.537	117.454	144.286
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(215.173)	(314.731)	(279.286)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(91.290)	(606.167)	(632.427)
Caixa (Dívida) líquido	(29.748)	(497.226)	(452.567)
Total do patrimônio líquido	1.308.488	1.470.543	1.508.390
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.278.740	973.317	1.055.823
Índice de alavancagem financeira	(2,3%)	(51,1%)	(42,9%)
Índice de liquidez corrente	1,59	2,81	4,29
Caixa (Dívida) líquido / EBITDA Ajustado (udm)	(0,09)	(1,55)	(1,37)

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.308.488 mil, o que significa uma redução de 11,0%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2018, de R\$1.470.543 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.470.543 mil, o que significa uma redução de 2,5%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$1.508.390 mil.

b. estrutura de capital:

Os Diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para sustentar as suas operações, bem como nível adequado de alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado da Companhia era equivalente a R\$987.549 mil, não tendo ocorrido alterações, quando comparado com o capital social registrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia era equivalente a R\$987.549 mil, não tendo ocorrido alterações, quando comparado com o capital social registrado em 31 de dezembro de 2017.

A relação verificada entre caixa (dívida) líquido e o patrimônio líquido da Companhia foi de 2,3%, 51,1% e 42,9%, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, a qual a Diretoria acredita ser adequada para a condição da Companhia que se prepara para buscar oportunidades para realizar futuras aquisições.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$276.715 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$94.537 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$64.728 mil e debêntures totalizavam R\$117.450 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$306.463 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$423.672 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$117.454 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$88.850 mil e debêntures totalizavam R\$217.368 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$920.898 mil.

Em 4 de outubro de 2017, a Companhia emitiu R\$ 200.000 mil em sua segunda emissão de debêntures simples em duas séries, sendo a primeira no valor de R\$100.000 mil, com vencimento único em 15 de setembro de 2019 e taxa de juros equivalente a 100% do CDI+0,65%, devidamente quitada no vencimento, e a segunda, também no montante de R\$100.000 mil, com taxa de juros de CDI+1,35% ao ano, com pagamentos semestrais a partir de março de 2020 e vencimento em 15 de setembro de 2021. Os recursos captados foram utilizados para pagamento de sua primeira emissão de debentures simples realizada em 2015, pagamento de outros financiamentos e reforço de capital de giro.

Em fevereiro de 2016, a Companhia assinou um acordo com o governo prevendo que as mensalidades de FIES referentes às competências não pagas de 2015, seriam quitadas nos 3 anos seguintes, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelecia ainda que os saldos a receber seriam corrigidos pela inflação (IPCA). As parcelas foram quitadas nos prazos previstos no acordo.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, medido pelo EBITDA Ajustado da Companhia, é suficiente para atender aos compromissos financeiros por ela contratados.

Na opinião dos Diretores, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar as atividades, investimentos e aquisições da Companhia, esta será capaz de contratá-los no mercado em condições adequadas.

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez que a principal origem de receitas da Companhia é proveniente do pagamento das mensalidades dos alunos, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, aluguéis, salários do corpo docente e da equipe de apoio (retaguarda e administrativo).

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$276.715 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$94.274 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$215.173 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$91.290 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$334.795 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 0,09 vezes, ante a um índice de 1,55 vezes em 2018, o que representa um índice de alavancagem condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$423.672 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$117.454 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$314.731 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$606.167 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$320.130 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 1,55 vezes, ante a um índice de 1,37 vezes em 2017, o que representa um índice de alavancagem condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$459.146 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$144.286 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$279.286 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$632.427 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$331.500 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 1,37 vezes, ante a um índice de -0,33 vezes em 2016, o que representa um índice de alavancagem condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$276.715 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$94.274 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$306.463 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$423.672 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$117.454 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$920.898 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 459.146 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$ 144.286 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 911.713 mil.

Medições não contábeis

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a conciliação entre os valores divulgados do EBITDA e EBITDA Ajustado e os valores das demonstrações financeiras auditadas foi realizada da seguinte forma:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido (1)	136.372	201.279	197.475
(+) Despesas financeiras líquidas	123.360	27.074	54.120
(+) Imposto de renda e contribuição social	538	7.332	4.440
(+) Depreciação e Amortização	130.906	73.919	65.090
EBITDA (2)	391.176	309.604	321.125
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades (4)	12.400	15.526	27.854
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes (5)	32.505	34.000	21.521
(-) Aluguéis mínimos pagos (6)	(101.286)	(39.000)	(39.000)
EBITDA Ajustado (3)	334.796	320.130	331.500
Caixa (Dívida) Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	(2,3%)	(51,1%)	(42,9%)

(1) Em função de sua aderência ao PROUNI, a Companhia tem benefícios fiscais que afetam seu lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 10.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 3.2 do Formulário de Referência.

(3) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis mínimos pagos.

(4) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo resultado financeiro, líquido, da Companhia, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

(5) Os custos e despesas não recorrentes são compostos por gastos ligados a fusões aquisições de empresas, e gastos de natureza não rotineira, o qual não impactaria na geração de caixa.

(6) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel os quais foram registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o exercício de 31 de dezembro de 2019 somou R\$334.795 mil e, para 31 de dezembro de 2018, R\$320.130 mil, um aumento de 4,6%. Essa variação de 2019 x 2018, quando comparada com as variações apresentadas nos anos anteriores, ocorreu em função principalmente da manutenção, em 2019, do plano de ação iniciado em 2018, com o objetivo de otimizar a estrutura de

custos e despesas em função da atual base de alunos da Companhia, além da consolidação de dois meses dos resultados da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, adquirida pela Ser Educacional através de sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - CENESUP, tendo a conclusão da operação, após aprovação do CADE, ocorrido em 1 de novembro de 2019.

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o exercício de 31 de dezembro de 2018 somou R\$320.130 mil e, para 31 de dezembro de 2017, R\$331.500 mil, uma redução de 3,4%. Essa variação de 2018 x 2017, quando comparada com as variações apresentadas nos anos anteriores, ocorreu em função principalmente dos custos e despesas com a abertura de novas unidades e expansão da base de polos EAD no exercício 2018 e aumento da PDD em decorrência do pior cenário econômico no Brasil, tendo esse efeito sido atenuado pelo resultado positivo gerado pelo plano de ação implantado a partir do segundo trimestre de 2018, com o objetivo de otimizar a estrutura de custos e despesas em função da atual base de alunos da Companhia, que por sua vez conseguiu mitigar os efeitos gerados pelos investimentos na abertura de novas unidades e expansão da base de polos EAD.

Na opinião dos Diretores, as necessidades de recursos da Companhia referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras; e (iv) custos e despesas operacionais. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Na opinião dos Diretores da Companhia, sua principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Eventualmente, como alternativas de financiamento, a Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos públicos e privados e, adicionalmente, poderá utilizar operações de mercado de capitais. Além disso, a Companhia busca constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento entre o caixa e equivalentes de caixa e os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito em alguns dos principais bancos comerciais atuantes no país.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia conseguirá saná-las com os limites de crédito já aprovados e ainda não utilizados. Os Diretores destacam ainda que a Companhia não tem qualquer compromisso de *equity contribution* de seus controladores para o caso de cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação

entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas a nós impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia está cumprindo com essas restrições:

(i) Contratos de Empréstimos e Financiamentos Relevantes:

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da Companhia para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento da Companhia por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$182.178 mil, uma redução de 40,5%, sendo que R\$92.137 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$90.041 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$306.218 mil, uma redução de 2,7%, sendo que R\$133.446 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$172.772 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$ 314.860 mil, uma redução de 10%, sendo que R\$ 29.205 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 285.655 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado (R\$ mil) em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Contratos de Leasing	CDI + 0,45% a 1,62% a.m.	0	0	950
Contratos FINAME	TJLP + 2,50% a 3,50% a.a.	9.973	11.932	13.975
IFC	CDI + 1,65% a.a. (2018 - CDI+2,05%)	54.755	76.918	99.054
2ª Debêntures 1ª Série	CDI + 0,65% a.a.	0	108.476	100.409
2ª Debêntures 2ª Série	CDI + 1,35% a.a.	117.450	108.892	100.472
Total		182.178	306.218	314.860
Empréstimos para capital de giro:				
Capital de Giro	CDI + 2,5% a.a. a 3,04% a.a.	0	0	0
Total		182.178	306.218	314.860

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$182.178 mil, conforme apurado em 31 de dezembro de 2019:

Capitalização e Caixa (Valores em R\$ ('000))	4T19	AV.(%)	4T18	AV.(%)	4T17	AV.(%)
Curto Prazo	92.137	50,6%	133.446	43,6%	29.205	9,3%
Longo Prazo	90.041	49,4%	172.772	56,4%	285.655	90,7%
Entre um e dois anos	73.220	40,2%	77.976	25,5%	122.498	38,9%
Entre dois e três anos	12.753	7,0%	77.976	25,5%	73.117	23,2%
Entre três e quatro anos	1.952	1,1%	12.753	4,2%	73.220	23,3%
Entre quatro e cinco anos	1.952	1,1%	1.952	0,6%	12.753	4,1%
Acima de cinco anos	164	0,1%	2.115	0,7%	4.067	1,3%
Total de Empréstimos e Financiamentos	182.178	100,0%	306.218	100,0%	314.860	100,0%

Os empréstimos contraídos pela Companhia contam basicamente com as seguintes garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) aval ou fiança outorgada pelo acionista controlador da Companhia; (iii) alienação e cessão fiduciária dos bens e direitos creditórios. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo integralmente cumpridas até a presente data.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes firmados pela Companhia, referentes aos períodos indicados.

Empresa	Banco	Contrato	Valor do Contrato na data de celebração	Taxa de Juros	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ser Educacional S.A.	IFC	32.648	R\$120.000 mil	CDI + 1,65% a.a. (2017/2018 - CDI+2,05%)	54.755	76.918	99.054
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 2ª debêntures de 1ª série - data de 10/08/17	R\$100.000 mil	CDI + 0,65% a.a.	-	108.476	100.409
		Escritura de emissão de 2ª debêntures de 2ª série - data de 10/08/17	R\$100.000 mil	CDI + 1,35% a.a.	117.450	108.892	100.472

Em 04 de setembro de 2017, foi encerrada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série", respectivamente), da espécie quirografária, da Companhia ("Debêntures"), através de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sendo 100.000 (cem mil) Debêntures na Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") e 100.000 (cem mil) Debêntures na Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"). As Debêntures da Primeira Série fizeram jus à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de uma sobretaxa ou percentual (spread) de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e data de vencimento em 15 de setembro de 2019, tendo sido devidamente liquidada no vencimento, no valor de R\$ 114.468 mil, sendo R\$ 100.000 mil de principal e R\$ 14.468 mil de juros incorridos. As Debêntures da Segunda Série farão jus variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI, acrescida de uma sobretaxa ou percentual (spread) de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e data de vencimento em 15 de setembro de 2021. As Debêntures possuem valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, totalizando o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Os recursos captados foram utilizados para (i) pagamento de financiamentos da

Companhia; e (ii) reforço de capital de giro, com o saldo remanescente após a liquidação integral dos financiamentos mencionados no item (i) acima.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, os Diretores destacam que a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Os Diretores destacam que o contrato de FINAME existente possui como garantia a alienação fiduciária do bem adquirido. No caso do financiamento obtido junto ao IFC, a Companhia cedeu garantias de títulos em cobranças na proporção de 25% do saldo devedor do financiamento.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições:

As debêntures emitidas pela Companhia requerem a manutenção de índices financeiros (covenants), calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas a cada exercício social findo em 31 de dezembro e são exigidos a partir de 2017 até data do vencimento final. O principal índice financeiro é o resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, cujo valor resultante não deve ser superior a 2,75 em 2017 e 2,5 nos restantes dos anos. Adicionalmente, o quociente da divisão da despesa financeira líquida pelo EBITDA deve ser superior ou igual a 2,0.

Caso a Companhia adquira participação societária de empresa com objeto social semelhante ao seu, o índice Dívida Líquida/EBITDA poderá ter um acréscimo de até 0,5x por 4 (quatro) trimestres consecutivos a contar do trimestre no qual a dívida contraída para aquisição foi feita.

O empréstimo com o IFC requer a manutenção de índices financeiros (covenants). Os "covenants" são calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2013 até data do vencimento final. Os índices financeiros são:

- Quociente da divisão do ativo circulante menos despesas antecipadas pelo passivo circulante, liquidez corrente, superior a 1,2;
- Resultado do quociente da divisão da dívida bruta pelo EBITDA ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 2,5; e
- Índice de custo do serviço da dívida futuro de no mínimo 1,2; este índice é calculado com base no quociente da divisão do lucro líquido (descontado pelos ajustes sem efeito no caixa) pela projeção de pagamento de juros e amortizações da dívida bruta nos próximos 12 meses.

Por fim, os Diretores informaram que a Companhia não está sujeita a outros covenants financeiros.

g. limites de utilização dos financiamentos já utilizados:

Os Diretores esclarecem que o financiamento específico para aquisição de bem, como o FINAME, está vinculado ao ativo financiado. Os demais financiamentos contratados não possuem restrição de uso e visam suprir, principalmente, as necessidades de capital de giro e de reposição do caixa e financiar as estratégias de crescimento da Companhia, ou seja, não há limites para utilização dos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida em conjunto com as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2019/2018
	2019		2018		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.275.986	100,0%	1.262.486	100,0%	1,1%
Custos dos serviços prestados	(580.513)	-45,5%	(576.990)	-45,7%	0,6%
LUCRO BRUTO	695.473	54,5%	685.496	54,3%	1,5%
Despesas gerais e administrativas	(440.001)	-34,5%	(446.849)	-35,4%	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.798	0,4%	(2.962)	-0,2%	-262,0%
LUCRO OPERACIONAL	260.270	20,4%	235.685	18,7%	10,4%
Receita financeira	49.881	3,9%	74.396	5,9%	-33,0%
Despesas financeiras	(173.241)	-13,6%	(101.470)	-8,0%	70,7%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	136.910	10,7%	208.611	16,5%	-34,4%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(538)	0,0%	(7.332)	-0,6%	-92,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	136.372	10,7%	201.279	15,9%	-32,2%
Atribuído aos Acionistas da Controladora	136.372	10,7%	201.279	15,9%	-32,2%
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou em 1,1% em 2019, passando de R\$1.262.486 mil no período de 31 de dezembro de 2018, para R\$1.275.986 mil no período de 31 de dezembro de 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação se deu devido principalmente à consolidação de dois meses das receitas do Centro Universitário do Norte – UNINORTE, ao repasse da inflação, melhoria no mix de cursos, com aumento da participação de graduações na área de saúde.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 184.811 alunos matriculados, ante aos 150.209 alunos em 31 de dezembro de 2018. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 91,5% (ou R\$1.938,7 milhões) correspondeu às mensalidades de graduação presencial, comparado a 93,7% (ou R\$1.731,3 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2018.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços ficaram em linha na comparação 2019 x 2018, passando de R\$576.990 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$580.513 mil no período de 31 de dezembro de 2019, que representa um aumento de 0,6%. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de: (i) consolidação dos custos de pessoal, correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2019, da UNINORTE; (ii) aumento do custo com depreciação e amortização, que passou de R\$49.474 mil em 2018 para R\$116.508 mil, em 2019, compensado pela redução no custo com aluguéis, que caiu de R\$75.275 mil em 2018, para R\$16.335 mil em 2019, em virtude da adoção do IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2), norma que traz um modelo único de arrendamento, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, já considerando a inclusão dos custos de depreciação e amortização dos prédios da UNINORTE, cujo processo de aquisição foi finalizado em novembro de 2019; (iii) aumento na tarifa de energia, e do aumento do volume de prestadores de serviços contratados, principalmente para dar suporte aos cursos de saúde (preceptoria e aulas práticas), dos custos relacionados a licenças para os cursos de EAD e disciplinas online para alunos presenciais e do repasse de receita de mensalidades para polos parceiros. O aumento destes custos foi parcialmente compensado pela redução do custo com docentes e staff lotado nas unidades, mesmo considerando os custos não-recorrentes relativos ao processo de adequação do seu corpo docente à sua atual base de alunos de ensino presencial. O custo com pessoal e encargos sociais, o principal item do custo dos serviços prestados da Companhia, alcançou R\$370.025 mil, no exercício 2019, uma redução de 2,7% em relação a R\$380.387 mil, no exercício 2018. Os custos com pessoal e encargos sociais representaram 63,7% e 65,9% dos custos totais da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa redução nos custos como percentual da receita líquida reflete a otimização de pessoal iniciada no decorrer do ano de 2018, e mantida durante o ano de 2019, com objetivo de adequar a base de docentes e colaboradores à atual base de alunos da Companhia, em especial no segmento de ensino superior presencial.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 45,7%, no período de 31 de dezembro de 2018, para 45,5% em 31 de dezembro de 2019.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 1,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$685.496 mil, no período de 31 de dezembro de 2018, para R\$695.473 mil, no período de 31 de dezembro de 2019. As variações decorrem das contas contábeis supracitadas, ficando a margem bruta em 54,5%, em 2019, em linha com a margem bruta de 2018, quando atingiu 54,3%. O aumento de 0,2 p.p. da margem bruta entre os dois períodos ocorreu em virtude das variações supramencionadas nas linhas de receita líquida e dos custos, que apresentaram variação superior à variação da receita, refletindo

principalmente o aumento dos custos em alugueis e serviços de terceiros, tendo sido parcialmente compensadas pela redução dos custos com pessoal e encargos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram 1,5% no ano de 2019, passando de R\$446.849 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$440.001 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido à redução apresentada nas despesas de: (i) Publicidade (redução de R\$83.548 mil em 2018 para R\$80.170 mil em 2019) e Materiais de Expediente (redução de R\$17.557 mil em 2018 para R\$13.451 mil em 2019), em virtude do controle desses gastos, conforme aplicação do plano de ação iniciado em 2018; (ii) PDD, que foi de R\$88.243 mil em 2018 para R\$80.040 mil em 2019, em virtude de Companhia ter passado a considerar a partir de 1º de janeiro de 2018, a PCLD de acordos, mensalidades e créditos educativos próprios e de terceiros a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9/CPC 48 e reflete a perda esperada do contas a receber de acordo com a inadimplência dos últimos 24 meses por aluno, por título e para cada faixa de vencimento, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do Governo Federal (FIES) e a partir de 2019, com base em informações e dados mais assertivos sobre a recuperabilidade dos créditos antigos do contas a receber, revisou os critérios para determinar a PCLD e estendeu o período de análise quanto à recuperação da inadimplência de 12 para 24 meses; (iii) a linha Outros, na despesa, que passou de R\$52.362 mil em 2018 para R\$42.473 mil em 2019, devido à redução do número de novos credenciamentos de unidades e (iv) Depreciação e Amortização, que reduziu de R\$26.874 mil em 2018 para R\$14.398 mil, em 2019, em função da reclassificação para o grupo de custos de imóveis que antes eram considerados como despesa. A redução das despesas acima mencionadas foi parcialmente compensada com o aumento das seguintes despesas: (i) Pessoal (de R\$143.038 mil no período de 31 de dezembro de 2018 para R\$148.980 mil no mesmo período em 2019), devido ao dissídio coletivo para funcionários administrativos e do efeito não-recorrente relacionado a multas indenizatórias decorrentes da otimização e adequação da estrutura administrativa para comportar à atual base de alunos da Companhia, tendo em vista a execução do plano de ação 2018; e (ii) Serviços Prestados por Terceiros (de R\$ 35.227 mil no período de 31 de dezembro de 2018 para R\$60.489 mil no mesmo período em 2019), decorrente da contratação de prestadores de serviços dedicados aos projetos de expansão de novas unidades e polos, a contratação de consultoria para a execução do projeto "Ser Digital", que tem o objetivo estratégico de longo prazo de preparar uma transformação digital da Companhia com a finalidade de melhorar a experiência dos alunos em todas as etapas do processo de aprendizado e contato com as instituições de ensino da Companhia, e prestadores de serviços contratados para a implantação e manutenção de sistemas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 35,4% no exercício 2018 para 34,5% no exercício 2019, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

Para o período de 31 de dezembro de 2019, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$4.798 mil positivos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", e, para o período de 31 de dezembro de 2018, R\$2.962 mil negativos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais".

Lucro Operacional

O lucro operacional apresentou um crescimento de 10,4% no exercício social de 2019, passando de R\$235.685 mil no período de 31 de dezembro de 2018, para R\$260.270 mil no período de 31 de dezembro de 2019. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 18,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para 20,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram em 33,0% no exercício social de 2019, passando de R\$74.396 mil no exercício 2018, para R\$49.881 mil no exercício 2019, em decorrência, principalmente, da redução nos rendimentos de aplicações financeiras, devido a um menor saldo em caixa e equivalentes de caixa, gerado pelo pagamento de R\$319.482 mil de dividendos, a liquidação das debêntures de 1ª série, da segunda emissão, no valor de R\$114.468 mil, além do pagamento de R\$185.000 mil em novembro de 2019, quando da conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças e a efetiva transferência de 100% das ações representativas do capital social da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, para o Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - CENESUP, subsidiária da Ser Educacional S.A. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 5,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para 3,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 70,7% no exercício social de 2019, passando de R\$101.470 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$173.241 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência, principalmente, do aumento das seguintes despesas: (i) juros de arrendamento mercantil, que passou de R\$33.017 mil em 2018, para R\$68.853 mil em 2019, em virtude da adoção do IFRS 16 - Leases / CPC 06 (R2), conforme mencionado na seção acima sobre os custos dos serviços prestados; (ii) descontos concedidos, que atingiu R\$44.635 mil em 2019, ante R\$24.623 mil em 2018, face ao maior volume de acordos para recuperação de créditos de mensalidades de alunos durante o ano de 2019, especialmente com atrasos superiores a 180 dias; (iii) variação monetária passiva, que em 2019 alcançou R\$29.906 mil e em 2018 ficou em R\$10.492 mil, devido ao pagamento de compromissos a pagar durante o período. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 8,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para 13,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em virtude das ações realizadas para operacionalizar o plano de expansão da Companhia e do aumento da inadimplência de alunos, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social teve uma redução de 33,6%, passando de R\$208.611 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$136.910 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 16,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para 10,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI), apresentou uma redução de 92,7% no exercício social de 2019, passando de R\$7.332 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$538 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, em função do diferimento de impostos no período.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período passou de R\$201.279 mil no exercício 2018, para R\$136.372 mil no exercício 2019, representando uma redução de 32,2%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 15,9% para 10,7% nos mesmos períodos.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2018/2017
	2018		2017		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.262.486	100,0%	1.231.785	100,0%	2,5%
Custos dos serviços prestados	(576.990)	-45,7%	(556.645)	-45,2%	3,7%
LUCRO BRUTO	685.496	54,3%	675.140	54,8%	1,5%
Despesas gerais e administrativas	(446.849)	-35,4%	(417.564)	-33,9%	7,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.962)	-0,2%	(1.541)	-0,1%	92,2%
LUCRO OPERACIONAL	235.685	18,7%	256.035	20,8%	-7,9%
Receita financeira	74.396	5,9%	80.607	6,5%	-7,7%
Despesas financeiras	(101.470)	-8,0%	(134.727)	-10,9%	-24,7%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	208.611	16,5%	201.915	16,4%	3,3%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(7.332)	-0,6%	(4.440)	-0,4%	65,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	201.279	15,9%	197.475	16,0%	1,9%
Atribuído aos Acionistas da Controladora	201.279	15,9%	197.475	16,0%	1,9%
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou em 2,5% em 2018, passando de R\$1.231.785 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$1.262.486 mil no período de 31 de dezembro de 2018. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação se deu devido principalmente ao repasse da inflação, melhoria no *mix* de cursos, com aumento da participação de graduações na área de saúde, incluindo a inclusão de

100 novos alunos no curso de Medicina na UNINASSAU do Recife, tendo em vista a publicação do MEC da Portaria nº 606, a qual deferiu o pedido de aumento do número de vagas disponibilizadas para tal curso, que passou de 168 vagas anuais para 268. O pedido foi deferido em função do recredenciamento do Centro Universitário e de seu curso de Medicina com nota máxima de Conceito Institucional (CI) 5.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 150.209 alunos matriculados, ante aos 152.423 alunos em 31 de dezembro de 2017. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 93,7% (ou R\$1.731,3 milhões) correspondeu às mensalidades de graduação presencial, comparado a 95,5% (ou R\$ 1.566,7 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2017.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços aumentaram em 3,7% em 2018, passando de R\$556.645 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$576.990 mil no período de 31 de dezembro de 2018. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude do aumento do custo com concessionárias, decorrente do aumento na tarifa de energia, e do aumento do volume de prestadores de serviços contratados, principalmente para dar suporte aos cursos de saúde (preceptoria e aulas práticas), dos custos relacionados a licenças para os cursos de EAD e disciplinas online para alunos presenciais e do repasse de receita de mensalidades para polos parceiros. Além disso houve aumento do custo com docentes e staff lotado nas unidades, em função dos custos não recorrentes relativos do processo de adequação ao seu corpo docente a sua atual base de alunos de ensino presencial, além do aumento do custo com Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 45,2% no período de 31 de dezembro de 2017 para 45,7% em 31 de dezembro de 2018.

O custo com pessoal e encargos sociais, o principal item do custo dos serviços prestados da Companhia, representou R\$380.387 mil no período de 31 de dezembro de 2018, um aumento de 0,7% em relação a R\$377.659 mil no mesmo período em 2017. Os custos com pessoal e encargos sociais representaram 65,9% e 67,8% dos custos totais da Companhia nos períodos de 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Essa redução nos custos como percentual da receita líquida reflete a otimização de pessoal ocorrida no decorrer do ano de 2018 com objetivo de adequar a base de docentes e colaboradores a atual base de alunos da Companhia, em especial no segmento de ensino superior presencial.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 1,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, passando de R\$675.140 mil no período de 31 de dezembro de 2017 para R\$685.496 mil no período de 31 de dezembro de 2018. As variações decorrem das contas contábeis supracitadas, ficando a margem bruta em 54,3% em 2018 ante a uma margem bruta de 54,8% em 2017. A redução da margem bruta entre os dois períodos ocorreu em virtude das variações supramencionadas nas linhas de receita líquida e dos custos, que apresentaram variação superior à variação da receita, refletindo principalmente o aumento dos custos em alugueis e serviços de terceiros, tendo sido parcialmente compensadas pela redução dos custos com pessoal e encargos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 7,0% no ano de 2018, passando de R\$417.564 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$446.849 mil no período de 31 de dezembro de 2018.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento das seguintes despesas: (i) Pessoal (de R\$ 136.062 mil no período de 31 de dezembro de 2017 para R\$ 143.038 mil no mesmo período em 2018), devido ao dissídio coletivo para funcionários administrativos e do efeito não-recorrente relacionado a multas indenizatórias decorrentes da otimização e adequação da estrutura administrativa para comportar a atual base de alunos da Companhia, tendo em vista a execução do plano de ação 2018; (ii) Provisões de Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa (de R\$ 64.195 mil no período de 31 de dezembro de 2017 para R\$ 88.243 mil no mesmo período em 2018), em virtude do pior cenário econômico que, por sua vez, acarretou em um aumento da inadimplência; e (iii) Serviços Prestados por Terceiros (de R\$ 32.453 mil no período de 31 de dezembro de 2017 para R\$ 35.227 mil no mesmo período em 2018), decorrente da contratação de prestadores de serviços dedicados aos projetos de expansão de novas unidades e polos, a contratação de consultoria para a execução do projeto "Ser Digital", que tem o objetivo estratégico de longo prazo de preparar uma transformação digital da Companhia com a finalidade de melhorar a experiência dos alunos em todas as etapas do processo de aprendizado e contato com as instituições de ensino da Companhia, e prestadores de serviços contratados para a implantação e manutenção de sistemas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 33,9% no período de 31 de dezembro de 2017 para 35,4% no período de 31 de dezembro de 2018, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

Para o período de 31 de dezembro de 2018, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$2.962 mil negativos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", e, para o período de 31 de dezembro de 2017, R\$1.541 mil positivos, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais".

Lucro Operacional

O lucro operacional apresentou uma redução de 7,9% no exercício social de 2018, passando de R\$256.035 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$235.685 mil no período de 31 de dezembro de 2018. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 20,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para 18,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram em 7,7% no exercício social de 2018, passando de R\$80.607 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$74.396 mil no período de 31 de dezembro de 2018, em decorrência, principalmente de outras receitas financeiras, em virtude da liquidação do pagamento da última parcela do acordo realizado junto ao Governo Federal relativo aos valores devidos das mensalidades do FIES não pagos em 2015 (PN 23), que por sua vez gerou o fim do reconhecimento da atualização monetária referente a essa dívida, uma vez que a mesma foi liquidada. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 6,5% no exercício

findo 31 de dezembro de 2017 para 5,9% no exercício findo em 31 de dezembro em 2018.

Despesas financeiras

As despesas financeiras reduziram em 24,7% no exercício social de 2018, passando de R\$134.727 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$101.470 mil no período de 31 de dezembro de 2018, em decorrência, principalmente, da redução da taxa básica de juros no Brasil e redução do endividamento líquido da Companhia, da amortização do saldo de compromissos a pagar e da redução nos índices de inflação, e do menor volume de renegociação de alunos em processo de rematrícula e de acordos para recuperação de alunos com atrasos superiores a 180 dias. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 10,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para 8,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em virtude das ações realizadas para operacionalizar o plano de expansão da Companhia e do aumento da inadimplência de alunos, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social teve um aumento de 3,3%, passando de R\$201.915 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$208.611 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 16,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para 16,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI), apresentou um aumento de 65,1% no exercício social de 2018, passando de R\$4.440 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$7.332 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é em função de uma maior base de cálculo e um menor valor de incentivo fiscal do PROUNI.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período passou de R\$197.475 mil no período de 31 de dezembro de 2017, para R\$ 201.279 mil no período de 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 1,9%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 16,0% para 15,9% nos mesmos períodos.

Comparação das contas patrimoniais do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 43,6% no exercício social de 2019, passando de R\$1.143.639 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$644.545 mil, em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

(i) Redução de 31,6% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$314.731 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$215.173 mil, em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do pagamento de R\$319.482 mil de dividendos, a liquidação das debêntures de 1ª série, da segunda emissão, no valor de R\$114.468 mil, e o pagamento de R\$185.000 mil referente à liquidação financeira da aquisição da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, adquirida pela Ser Educacional através de sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - CENESUP.

(ii) Redução de 84,9% em Títulos e Valores Mobiliários, de R\$606.167 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$91.290 mil em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores mencionados no item (i) acima.

(iii) Aumento de 54,6% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$185.560 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$286.967 mil, em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do aumento da base de alunos no período.

(iv) aumento de 68,6% em Tributos a Recuperar, que passou de R\$8.254 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$13.917 mil, em 31 de dezembro de 2019, em virtude de impostos a serem recuperados no período.

(iv) aumento de 21,8% em Outros Ativos, que passou de R\$28.927 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$35.246 mil, em 31 de dezembro de 2019, em virtude do aumento do montante de despesas antecipadas no período.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou um aumento de 48,9% no exercício social de 2019, passando de R\$1.285.921 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.914.611 mil, em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

(i) Aumento de 62,5% no Contas a Receber de Clientes, de R\$28.867 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$46.922 mil, em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente do aumento da participação dos alunos pagantes, uma vez que houve redução da base de alunos do FIES.

(ii) Aumento de 96,6% em Outros Ativos, de R\$30.781 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$60.529 mil, em 31 de dezembro de 2019, devido ao maior volume de depósitos e bloqueios judiciais.

(iii) Aumento de 32,1% no Intangível, que passou de R\$424.367 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$560.646 mil, em 31 de dezembro de 2019, em virtude da aquisição da UNINORTE, concretizada em novembro de 2019.

(iv) Aumento de 239,4% em Direito de Uso, que passou de R\$181.527 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$616.110 mil, em 31 de dezembro de 2019, em virtude da adoção do IFRS 16.

Passivo Circulante

O saldo do nosso Passivo Circulante ficou em linha, na comparação entre os saldos no exercício social de 2019, passando de R\$407.265 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$406.439 mil, em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

(i) Redução de 37,5% em Debêntures, que passaram de R\$108.476 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$67.760 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da liquidação da 2ª emissão de debêntures simples realizada pela Companhia, cujo objetivo foi reduzir seu custo de capital por meio do pagamento integral de sua 1ª emissão realizada em 2015, resultando em uma melhor estrutura de capital.

(ii) Aumento de 14,2% em Compromissos a Pagar, de R\$82.770 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$94.537 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente do crescimento das operações da Companhia.

(iii) Aumento de 11,3% em Salários e Encargos Sociais, de R\$73.692 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$82.000 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da aquisição da UNINORTE, finalizada em novembro de 2019.

(iv) Aumento de 51,4% em Tributos a Recolher, de R\$15.648 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$23.688 mil, em 31 de dezembro de 2019.

(v) Aumento de 155,3% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$17.209 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$43.931 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da adoção do IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2), norma que traz um modelo único de arrendamento, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, já considerando a inclusão dos custos de depreciação e amortização dos prédios da UNINORTE, cujo processo de aquisição foi finalizado em novembro de 2019;

(vi) Redução de 77,6% em Dividendos e JCP a pagar, de R\$27.119 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$6.063 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente de um menor lucro líquido apresentado no exercício 2019 e da alteração da Política de Dividendos da Companhia que passou a partir de 2019 a realizar pagamentos semestrais de dividendos.

(vii) Aumento de 34,6% em Outros Passivos, de R\$23.460 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$31.582 mil, em 31 de dezembro de 2019, devido, dentre outros motivos, a valores de antecipações de matrículas.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$844.229 mil no exercício social de 2019, o que representa um aumento de 53,0%, quando comparado com o mesmo período de 2018, o qual alcançou R\$551.752 mil. As principais variações foram:

(i) Redução de 100,0% em Compromissos a pagar, que teve o saldo zerado em 31 de dezembro de 2019, ante um saldo de R\$34.684 mil, em 31 de dezembro de 2018, em decorrência principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante em função da celebração de contratos de aquisições de instituições de ensino, em especial a UNG;

(ii) Redução de 36,8% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$63.880 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$40.351 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante,

dada a aproximação da data de vencimento, além da liquidação de contratos com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

(iii) Redução de 54,4% em Debêntures que passaram de R\$108.892 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$49.690 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante dada a aproximação da data de vencimento.

(iv) Aumento de 517,6% em Tributos a Recolher, de R\$1.154 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$7.127 mil, em 31 de dezembro de 2019.

(v) Aumento de 182,3% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$221.050 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$623.946 mil, em 31 de dezembro de 2019, em função principalmente da adoção do IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2), conforme mencionado na seção acima sobre o passivo circulante.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu em 11,0% no exercício social de 2019, passando de R\$1.470.543 mil, em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.308.488 mil, em 31 de dezembro de 2019, em virtude das seguintes deliberações realizadas pelo Conselho de Administração da Companhia durante o exercício 2019:

(i) cancelamento, em maio de 2019, da totalidade das ações mantidas em tesouraria no montante de 4.230.300 ações representando uma redução de 3,2% no total de ações emitidas, que passou de 132.951.860 para 128.721.560 ações;

(ii) encerramento, em outubro de 2019, do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de outubro de 2018;

(iii) pagamento, “ad referendum” da Assembleia Geral que deliberar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de dividendos extraordinários aos acionistas, conforme previsto em sua Política de Dividendos em vigor, no montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), provenientes de parte da reserva de lucros constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2019, correspondentes a R\$ 1,942177 por ação da Companhia.

Balancos patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2019		2018		2019/2018
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	215.173	8,4%	314.731	13,0%	-31,6%
Títulos e valores mobiliários	91.290	3,6%	606.167	24,9%	-84,9%
Contas a receber de clientes	286.967	11,2%	185.560	7,6%	54,6%
Tributos a recuperar	13.917	0,5%	8.254	0,3%	68,6%
Partes relacionadas	1.952	0,1%	0	0,0%	0,0%
Outros Ativos	35.246	1,4%	28.927	1,2%	21,8%
TOTAL DO CIRCULANTE	644.545	25,2%	1.143.639	47,1%	-43,6%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	46.922	1,8%	28.867	1,2%	62,5%
Partes Relacionadas	7.972	0,3%	0	0,0%	0,0%
Outros Ativos	60.529	2,4%	30.781	1,3%	96,6%
Ativos de indenização	112.015	4,4%	112.015	4,6%	0,0%
Intangível	560.646	21,9%	424.367	17,5%	32,1%
Direito de uso	616.110	24,1%	181.527	7,5%	239,4%
Imobilizado	510.417	19,9%	508.364	20,9%	0,4%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.914.611	74,8%	1.285.921	52,9%	48,9%
TOTAL DO ATIVO	2.559.156	100,0%	2.429.560	100,0%	5,3%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	32.501	1,3%	33.921	1,4%	-4,2%
Compromissos a Pagar	94.537	3,7%	82.770	3,4%	14,2%
Empréstimos e financiamentos	24.377	1,0%	24.970	1,0%	-2,4%
Debêntures	67.760	2,6%	108.476	4,5%	-37,5%
Salários e encargos sociais	82.000	3,2%	73.692	3,0%	11,3%
Tributos a recolher	23.688	0,9%	15.648	0,6%	51,4%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	43.931	1,7%	17.209	0,7%	155,3%
Dividendos / JCP a pagar	6.063	0,2%	27.119	1,1%	-77,6%
Outros Passivos	31.582	1,2%	23.460	1,0%	34,6%
TOTAL DO CIRCULANTE	406.439	15,9%	407.265	16,8%	-0,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	40.351	1,6%	63.880	2,6%	-36,8%
Debêntures	49.690	1,9%	108.892	4,5%	-54,4%
Obrigações de Arrendamento mercantil	623.946	24,4%	221.050	9,1%	182,3%
Compromissos a pagar	0	0,0%	34.684	1,4%	-100,0%
Tributos a recolher	7.127	0,3%	1.154	0,0%	517,6%
Provisão para contingências	122.111	4,8%	119.759	4,9%	2,0%
Outros passivos	1.004	0,0%	2.333	0,1%	-57,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	844.229	33,0%	551.752	22,7%	53,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	38,6%	987.549	40,6%	0,0%
Reserva de lucros	320.939	12,5%	548.521	22,6%	-41,5%
Ações em tesouraria	0	0,0%	(65.527)	-2,7%	-100,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.308.488	51,1%	1.470.543	60,5%	-11,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.559.156	100,0%	2.429.560	100,0%	5,3%

Comparação das contas patrimoniais do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 9,6% no exercício social de 2018, passando de R\$1.265.461 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.143.639 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

(i) Aumento de 12,7% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$279.286 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 314.731 mil em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da maior geração de caixa operacional, que foi parcialmente compensado pelo maior volume de pagamento de dividendos, que totalizou R\$57,4 milhões em 2018, comparado a R\$37,8 milhões em 2017 (aumento de 51,6%), e pelo plano de recompra de ações, que totalizou R\$154,9 milhões.

(ii) Redução de 4,2% em Títulos e Valores Mobiliários, de R\$ 632.427 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 606.167 mil em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do maior volume de pagamento de dividendos e pelo plano de recompra de ações executado ao longo do exercício social de 2018, conforme mencionado no item (i) acima.

(iii) Redução de 41,5% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$ 317.358 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 185.560 mil em 31 de dezembro de 2018, em virtude do recebimento, em agosto de 2018, da última parcela do acordo celebrado com o governo federal relativo aos valores devidos das mensalidades do FIES não pagos em 2015 (PN 23), no montante de R\$137,4 milhões e da melhoria do prazo médio de recebimento líquido de mensalidades de alunos, acordos e do Educud ao longo de 2018.

(iv) aumento de 16,4% em Outros Ativos, que passou de R\$ 24.846 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 28.927 mil em 31 de dezembro de 2018, em virtude do aumento do montante de despesas antecipadas no período.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou um aumento de 3,5% no exercício social de 2018, passando de R\$ 1.242.413 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.285.921 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

(i) Aumento de 146,5% no Contas a Receber de Clientes, de R\$ 11.709 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 28.867 mil em 31 de dezembro de 2018, em decorrência principalmente do aumento da participação dos alunos pagantes, uma vez que houve redução da base de alunos do FIES.

(ii) Aumento de 31,9% em Outros Ativos, de R\$ 23.343 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 30.781 mil em 31 de dezembro de 2018, devido ao maior volume de depósitos e bloqueios judiciais.

(iii) Aumento de 3,5% no Imobilizado, que passou de R\$ 666.835 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 689.891 mil em 31 de dezembro de 2018, em virtude do aumento do volume de investimentos no ano, quando comparado a depreciação do período.

Passivo Circulante

O saldo do nosso Passivo Circulante aumentou 38,0% no exercício social de 2018, passando de R\$ 295.187 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 407.265 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

(i) Aumento de 4015,2% em Debêntures que passaram de R\$ 2.636 mil, em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 108.476 mil, em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente da 2ª emissão de debêntures simples realizada pela Companhia, cujo objetivo foi reduzir seu custo de capital por meio do pagamento integral de sua 1ª emissão realizada em 2015, resultando em uma melhor estrutura de capital.

(ii) Aumento de 8,0% em Fornecedores, de R\$ 31.422 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 33.921 mil em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente do crescimento das operações da Companhia.

(iii) Aumento de 21,5% em Outros Passivos, de R\$ 19.309 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 23.460 mil em 31 de dezembro de 2018, devido dentre outros motivos a valores de antecipações de matrículas.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$ 551.752 mil no exercício social de 2018, reduzindo 21,7% quando comparado com o mesmo período de 2017, o qual alcançou R\$ 704.297 mil. As principais variações foram:

(i) Redução de 45,4% em Compromissos a pagar, que passou de R\$ 63.566 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 34.684 mil em 31 de dezembro de 2018, em decorrência principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante em função da celebração de contratos de aquisições de instituições de ensino, em especial a UNG;

(ii) Redução de 26,9% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$ 87.410 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 63.880 mil em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante, dada a aproximação da data de vencimento, além da liquidação de contratos com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

(iii) Redução de 45,1% em Debêntures que passaram de R\$ 198.245 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 108.892 mil, em 31 de dezembro de 2018, em função principalmente da reclassificação de parcelas a vencer do longo prazo para circulante dada a aproximação da data de vencimento.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu em 2,5% no exercício social de 2018, passando de R\$ 1.508.390 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.470.543 mil em 31 de dezembro de 2018, em virtude do aumento do saldo de ações em tesouraria que passou de R\$ 6.454 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 65.527 mil em 31 de dezembro de 2018, em função das seguintes deliberações realizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de outubro de 2018:

(i) encerramento antecipado do programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de abril de 2018;

(ii) cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria no montante de 5.860.140 ações representando uma redução de 4,2% no total de ações emitidas, que passou de 138.812.000 para 132.951.860 ações; e

(iii) abertura de um novo programa de recompra de ações, com quantidade máxima de ações a serem adquiridas de até 5.326.100 ações com prazo máximo de execução até o dia 16 de outubro de 2019.

Até 31 de dezembro de 2018, no âmbito do programa de recompras de ações em vigor, foram recompradas 4.230.300 ações, totalizando o valor de R\$ 65.527 mil.

Balancos patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2018		2017		2018/2017
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	314.731	13,0%	279.286	11,1%	12,7%
Títulos e valores mobiliários	606.167	24,9%	632.427	25,2%	-4,2%
Contas a receber de clientes	185.560	7,6%	317.358	12,7%	-41,5%
Tributos a recuperar	8.254	0,3%	11.544	0,5%	-28,5%
Outros Ativos	28.927	1,2%	24.846	1,0%	16,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.143.639	47,1%	1.265.461	50,5%	-9,6%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	28.867	1,2%	11.709	0,5%	146,5%
Outros Ativos	30.781	1,3%	23.343	0,9%	31,9%
Ativos de indenização	112.015	4,6%	112.015	4,5%	0,0%
Intangível	424.367	17,5%	428.511	17,1%	-1,0%
Imobilizado	689.891	28,4%	666.835	26,6%	3,5%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.285.921	52,9%	1.242.413	49,5%	3,5%
TOTAL DO ATIVO	2.429.560	100,0%	2.507.874	100,0%	-3,1%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	33.921	1,4%	31.422	1,3%	8,0%
Compromissos a Pagar	82.770	3,4%	80.720	3,2%	2,5%
Empréstimos e financiamentos	24.970	1,0%	26.569	1,1%	-6,0%
Debêntures	108.476	4,5%	2.636	0,1%	4015,2%
Salários e encargos sociais	73.692	3,0%	74.831	3,0%	-1,5%
Tributos a recolher	15.648	0,6%	16.220	0,6%	-3,5%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	17.209	0,7%	16.446	0,7%	4,6%
Dividendos / JCP a pagar	27.119	1,1%	27.034	1,1%	0,3%
Outros Passivos	23.460	1,0%	19.309	0,8%	21,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	407.265	16,8%	295.187	11,8%	38,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	63.880	2,6%	87.410	3,5%	-26,9%
Debêntures	108.892	4,5%	198.245	7,9%	-45,1%
Obrigações de Arrendamento mercantil	221.050	9,1%	227.794	9,1%	-3,0%
Compromissos a pagar	34.684	1,4%	63.566	2,5%	-45,4%
Tributos a recolher	1.154	0,0%	1.777	0,1%	-35,1%
Provisão para contingências	119.759	4,9%	121.845	4,9%	-1,7%
Outros passivos	2.333	0,1%	3.660	0,1%	-36,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	551.752	22,7%	704.297	28,1%	-21,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	40,6%	987.549	39,4%	0,0%
Reserva de lucros	548.521	22,6%	527.295	21,0%	4,0%
Ações em tesouraria	(65.527)	-2,7%	(6.454)	-0,3%	915,3%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.470.543	60,5%	1.508.390	60,1%	-2,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.429.560	100,0%	2.507.874	100,0%	-3,1%

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

O caixa líquido apresentou uma redução no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 de R\$99.558 mil, sendo que foram gerados R\$286.853 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$325.232 mil nas atividades de investimento, com uma redução de R\$514.877 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$477.643 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$98.413 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	286.853	435.772
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(325.232)	(134.650)
Títulos e Valores Mobiliários	514.877	26.260
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(477.643)	(244.895)
Atividades de Financiamento	(158.160)	(186.363)
Pagamento de Dividendos	(319.483)	(58.532)
Pagamento de Juros	(89.031)	(40.983)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.382)	(6.059)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(99.558)	35.445
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	314.731	279.286
No fim do período	215.173	314.731
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(99.558)	35.445
Variação das Disponibilidades Financeiras	(614.435)	9.185

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$286.853 mil e R\$435.772 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$189.645 mil, sendo R\$514.877 mil baixados em Títulos e Valores Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$48.878 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e

na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$16.357 mil em Adições ao intangível e R\$263.471 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$477.643 mil negativos e foram decorrentes da amortização de contratos de empréstimos e financiamentos, e do pagamento de dividendos extraordinários e dividendos relativos ao lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O aumento líquido do caixa no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 35.445 mil, sendo que foram gerados R\$ 435.772 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$ 134.650 mil nas atividades de investimento, com uma redução de R\$ 26.260 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$ 244.895 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$ 47.042 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	435.772	426.963
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(134.650)	(148.914)
Títulos e Valores Mobiliários	26.260	(294.880)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(244.895)	304.446
Atividades de Financiamento	(186.363)	338.680
Pagamento de Dividendos	(58.532)	(34.234)
Pagamento de Juros	(40.983)	(63.728)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.059)	(6.637)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35.445	217.250
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	279.286	62.036
No fim do período	314.731	279.286
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35.445	217.250
Variação das Disponibilidades Financeiras	9.185	512.130

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$ 435.772 mil e R\$ 426.963 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$ 108.390 mil, sendo R\$ 26.260 mil baixados em Títulos e Valores Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$ 84.620 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$ 12.706 mil em Adições ao intangível e R\$ 37.324 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 244.895 mil negativos e foram decorrentes da amortização de contratos de empréstimos e financiamentos, das recompras de ações realizadas ao longo de 2018, que totalizou R\$154,9 milhões, e do pagamento de dividendos relativos ao lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação alterações de volume e novos produtos).

A seguir, são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos principais componentes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 10.2(b) e 10.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

Desde a constituição da Companhia, sua receita decorre da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes. Esclarecem, nossos Diretores, que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da receita bruta da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo a confirmação da matrícula no semestre feita mediante o pagamento da primeira parcela.

Outras receitas: O restante da receita bruta da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

A tabela a seguir demonstra a composição da receita operacional bruta e receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(em milhares de reais)	31 de dezembro de 2019	AV (1)	31 de dezembro de 2018	AV (1)	31 de dezembro de 2017	AV (1)
Receita Operacional Bruta	2.119.534	166,1%	1.847.993	146,4%	1.640.922	133,2%
Mensalidades de graduação	1.938.729	151,9%	1.731.307	137,1%	1.566.726	127,2%
Mensalidades de pós-graduação	30.298	2,4%	29.458	2,3%	24.857	2,0%
Mensalidades de ensino técnico	1.943	0,2%	1.581	0,1%	1.051	0,1%
Mensalidades de EAD	134.173	10,5%	70.786	5,6%	32.984	2,7%
Outras	14.391	1,1%	14.861	1,2%	15.304	1,2%
Deduções da receita bruta	(843.548)	-66,1%	(585.507)	-46,4%	(409.137)	-33,2%
Descontos e bolsas	(801.497)	-62,8%	(542.315)	-43,0%	(365.249)	-29,7%
Impostos	(42.051)	-3,3%	(43.192)	-3,4%	(43.888)	-3,6%
Receita operacional líquida	1.275.986	100,0%	1.262.486	100,0%	1.231.785	100,0%

(1) Percentual total da receita operacional líquida

Os Diretores comentam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; (vi) o nível de renda da população; e (vii) alterações regulatórias e legislativas que incidem sobre o setor de educação e os negócios da Companhia. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a receita da Companhia,

uma vez que impactam diretamente o poder de consumo dos seus clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em relação aos seus custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, as despesas financeiras da Companhia, bem como a sua capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Os Diretores da Companhia informam que as parcelas do acordo firmado com o Governo Federal, indicativo aos valores devidos das mensalidades do FIES não pagas em 2015 (PN 23), foram quitadas conforme estabelecido no acordo, tendo a última parcela, no montante de R\$137,4 milhões, sido quitada em agosto de 2018.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, os Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima nas atividades da Companhia, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, os Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nas atividades da Companhia, ver Item 10.2(c) deste Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:

Os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2019, 2018 e 2017 são: (i) crescimento de alunos matriculados e rematriculados nas instituições de ensino (ii) reajustes das mensalidades estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno.

Os Diretores ressaltam ainda que a variação da receita também pode ser atribuída à oferta de novos produtos e serviços nas áreas em que a Companhia atua, por exemplo, para o Ensino Superior há renovação constante do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, visando atender às necessidades locais do mercado de trabalho.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA. Diante disso, considerando que o aumento dos nossos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das

mensalidades cobradas de nossos clientes, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto relevante nos resultados da Companhia.

Os Diretores, no entanto, não podem prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia poderá ser impactada em decorrência de variações da taxa de juros (CDI). Entretanto, variações na taxa de câmbio ainda não impactaram de forma relevante o resultado financeiro da Companhia, pois à esta não possui dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira, além de nenhum dos seus custos terem sido atrelados em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

O EAD da Companhia foi aprovado pelo MEC, com notas 4 e 5 no credenciamento e em todos os Polos (notas de 1 a 5). Inicialmente, foram oferecidos cursos em seis diferentes estados da região Nordeste do Brasil: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. Em 30 de novembro de 2015, o MEC publicou no Diário Oficial da União o credenciamento da UNG – Universidade de Guarulhos para oferecer Ensino a Distância no Brasil. Com o credenciamento, a UNG passou a oferecer nacionalmente, a partir do primeiro semestre de 2016, ensino de graduação a distância, na modalidade 100% online. Essas operações de EAD tiveram início em 2014 e em 31 de dezembro de 2019 contavam com 31.552 alunos, nos segmentos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos, e auferiram receita bruta de R\$ 134.173 mil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi aprovado o denominado Novo Marco Regulatório do EAD, concretizado por meio da Portaria Normativa do MEC de nº 11 publicada em 20 de junho de 2017, que estabeleceu normas para o credenciamento e oferta de cursos EAD, em conformidade com o Decreto Presidencial nº 9.057 de 25 de maio de 2017. O Novo Marco Regulatório do EAD, dentre outras regras, garantiu autonomia às Instituições de Ensino (IES) credenciadas junto ao MEC para expansão de seus polos EAD, desde que seguissem determinados parâmetros de qualidade de ensino. Como resultado, a Companhia expandiu significativamente seu número de polos em operação, passando de 119 para 273 polos em plena capacidade de captação de alunos entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019, um aumento em sua rede de 129,4% em 3 anos e por consequência, a Companhia expandiu significativamente sua abrangência e capilaridade nesse segmento de ensino superior.

Entre os anos de 2017 e 2019, a Companhia, dando seguimento ao seu plano de crescimento orgânico, obteve 61 novas unidades credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC): Jaboaão dos Guararapes (PE), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Fortaleza (CE), Marabá (PA), Garanhuns (PE), Maracanaú (CE), Ananindeua (PA), Anápolis (GO), Juazeiro do Norte (CE), Sobral (CE), Mossoró (RN), Natal (RN), Brasília (DF), Arapiraca (AL), Campo Grande (MS), Macapá (AP), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Vitória (ES), Goiânia (GO), Belém (PA), Palmas (TO), Salvador (BA), Curitiba (PR), Joinville (SC), Patos (PB), Imperatriz (MA), Campinas (SP), Betim (MG), Itabuna (BA), Caxias do Sul (RS), Florianópolis (SC), São Bernardo do Campo (SP), São José dos Campos (SP), Uberlândia (MG), Contagem (MG), Belo Horizonte (MG), Londrina (PR), Blumenau (SC), Campos dos Goytacazes (RJ), Divinópolis (MG), Duque de Caxias (RJ), Juiz de Fora (MG), Niterói (RJ), Pelotas (RS), Ponta Grossa (PR), Santo André (SP), Serra Talhada (PE), Sorocaba (SP), Volta Redonda (RJ), Castanhal (PA), Paraupabas (PA), Montes Claros (MG), Nova Iguaçu (RJ), Osasco (SP), Piracicaba (SP), Ribeirão Preto (SP), São Gonçalo (RJ) e São José do Rio Preto (SP).

No segmento do Ensino à Distância (EAD), houve 2 novos credenciamentos de centros universitários (UNINASSAU Salvador e a UNAMA Santarém).

Em novembro de 2019, foi concluída a aquisição, por meio da CENESUP, subsidiária da Ser Educacional, da UNINORTE, de Manaus (AM), por um preço de compra base (*enterprise value*) no valor de R\$ 194,8 milhões, do qual foi deduzido o endividamento líquido, conforme aplicável, no montante de R\$ 9,8 milhões. Em 31 de dezembro de

2018, a UNINORTE possuía um número total de 25,2 mil alunos com matrícula ativa, sendo 23,2 mil alunos de graduação e 2,0 de pós-graduação, e seu EBITDA ajustado de R\$ 18,7 milhões.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores informam que desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. Para maiores informações sobre as aquisições ver item 15.7 do Formulário de Referência. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, os Diretores não podem afirmar quais serão e se haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Em 01 de novembro de 2019, após cumprimento das condições precedentes, foi realizada a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 16 de abril de 2019, por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. – CENESUP acordou adquirir 100% do capital social da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, com sede em Manaus-AM. Líder de mercado na região, em 31 de dezembro de 2018, a UNINORTE possuía um número total de 25.172 alunos com matrícula ativa, sendo 23.233 alunos de graduação e 1.939 de pós-graduação, e seu EBITDA ajustado foi de R\$ 18,7 milhões. Através de sua subsidiária CENESUP, a Ser Educacional pagou, na data de fechamento da transação, um preço de compra base (enterprise value) no valor de R\$ 194.814.000,00 (cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e catorze mil reais), do qual foi deduzido o endividamento líquido, conforme aplicável, no montante de R\$ 9.814.000,00 (nove milhões, oitocentos e catorze mil reais).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os Diretores analisam a seguir as mudanças significativas nas práticas contábeis e os efeitos destas alterações na contabilidade da Companhia. A análise dessas alterações foi segregada por exercício e, quando aplicável, os impactos na posição patrimonial e financeira são apresentados em forma de quadro, no respectivo exercício da adoção.

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

Nesta seção 10.4(a), os Diretores comentam quais foram as alterações ocorridas nos exercícios e qualificam as matérias objeto destas alterações.

No exercício de 2019, a Companhia passou a adotar o IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2). A norma substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (R1) (IAS 17), Operações de Arrendamento e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27), Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento. A nova norma traz um modelo único de arrendamento, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

No exercício de 2018, a Companhia passou a reconhecer sua receita de mensalidades de alunos de acordo com as normas do IFRS 15, e passou a registrar a receita bruta com base nos valores cobrados nos boletos emitidos com vencimento no dia 30 de cada mês, ou com base nos contratos de prestação de serviços, e não mais pelo valor de mensalidade com vencimento no dia 5 de cada mês, que considera o desconto de pontualidade. O efeito prático dessa alteração resulta no reconhecimento adicional a partir desse ano da receita de juros de mensalidades de alunos na receita bruta que até 2017 era reconhecida como receita financeira de juros de mensalidades.

A Companhia também passou a adotar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de acordo com o IFRS 9, de forma a refletir a perda esperada do contas a receber de acordo com a inadimplência dos últimos 12 meses por aluno, por título e para cada faixa de vencimento, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal (FIES). Até o exercício de 2017, a Companhia provisionava sua PCLD considerando 100% da inadimplência a partir de 180 dias.

No exercício de 2017, a Companhia não realizou nenhuma mudança espontânea nas práticas contábeis adotadas para a preparação das suas demonstrações financeiras.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Nesta seção 10.4(b) é apresentada a análise de nossos Diretores sobre os impactos relevantes destas alterações e os efeitos na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Conforme informado no item acima, a implantação do IFRS 16, no exercício 2019, gerou os seguintes impactos:

- IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2)

O Grupo atua como arrendatário em um número significativo de contratos de arrendamento concentrados em imóveis onde estão localizadas suas universidades, centros universitários, pólos de ensino, faculdades e escritórios, principalmente. Uma

parcela significativa desses contratos era contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o antigo padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

O Grupo realizou suas análises quanto ao impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é praticamente certo. Além disso, para os contratos inseridos na adoção da norma, a Companhia e suas controladas adotaram premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa média do custo atual de capital de terceiros. Por outro lado, o Grupo concluiu que não há componentes de não arrendamento embutidos nos seus contratos de arrendamento para as classes de ativos em questão.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial, com a contabilização dos efeitos dos ajustes diretamente no saldo de abertura de lucros acumulados, sem reapresentar as informações comparativas. O Grupo decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. O Grupo optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, impairment, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. Desta forma, o Grupo optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para o grupo de contratos inseridos nessa norma, por terem características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, as mudanças introduzidas pelo CPC 06(R2) / IFRS 16 tiveram um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas anteriores. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas de locação, de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Após as análises realizadas, o impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 retroativos ao balanço de abertura de 2019 foi o seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo - Direito de Uso	<u>(181.599)</u>	<u>(407.942)</u>
Passivo - Obrigações de Arrendamento	<u>181.599</u>	<u>407.942</u>
Impacto no Patrimônio Líquido	<u> </u>	<u> </u>

As implantações do IFRS 15 e IFRS 9, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, geraram os seguintes impactos:

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47)

No processo de análise das mudanças introduzidas pela norma, o Grupo passou a reconhecer a receita bruta com base nos valores cobrados nos boletos emitidos com vencimento para o dia 30 de cada mês, ou com base em contratos de prestação de serviços, reconhecendo assim um desconto de pontualidade para as mensalidades pagas com o usufruto desse desconto, que anteriormente eram reconhecidos no resultado financeiro, sem impacto no patrimônio líquido do Grupo.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)

A Companhia elaborou o cálculo da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa seguindo modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada que registra perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. Nesse sentido, em 1º de janeiro de 2018, reconheceu o montante de R\$ 25.757, adicionalmente ao saldo da referida provisão registrada no ativo circulante em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao patrimônio líquido, utilizando-se assim do método de adoção retrospectivo modificado sem rerepresentar os valores correspondentes, conforme prevê o IFRS 9 (CPC 48).

No exercício de 2017, a Companhia não realizou nenhuma mudança espontânea nas práticas contábeis adotadas para a preparação das suas demonstrações financeiras.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2019, 2018, e 2017.

10.5 - Políticas contábeis críticas

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

10.5.1 - Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme CPC 21 – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As International Financial Reporting Standards (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

10.5.2 - Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional

da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

10.5.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

10.5.4 - Ativos e passivos financeiros

10.5.4.1 - Reconhecimento inicial e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

10.5.4.2 - Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos e bloqueios judiciais.

10.5.4.3 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do

resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros do Grupo classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

10.5.4.4 - Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo

não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

10.5.4.5 - Reconhecimento inicial e mensuração de passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, compromissos a pagar e obrigações de arrendamento.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10.5.4.6 - Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

10.5.5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

10.5.6 - Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Para o contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis do Grupo e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras intermediárias.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no período findo em 30 de setembro de 2019, pois de acordo com a avaliação do Grupo, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

10.5.7 - Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado.

10.5.8 - Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

10.5.9 - Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(d) Credenciamento e licenças de operação

Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo digital

O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço do Grupo. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos

As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios.

Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas

As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios.

Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada.

(j) Contrato de aluguel antecipado

Reflete o intangível obtido pela Companhia em função da negociação para pagamento antecipado com desconto de 50% de 5 anos do fluxo de aluguéis mensais, ocorrido em 26 de maio de 2017. Esse ativo possui vida útil definida e está sujeito à amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil remanescente.

10.5.10 - Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

10.5.11 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade do Grupo. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

10.5.12 - Custos de empréstimo capitalizados

O custo histórico do imobilizado inclui juros sobre de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

10.5.13 - *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, "Unidades Geradoras de Caixa" (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

10.5.14 - Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

10.5.15 - Arrendamentos mercantis

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

10.5.16 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

10.5.17 - Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos

incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

10.5.18 - Provisões

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

10.5.19 - Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL".

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(d) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(e) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita do Grupo.

10.5.20 - Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

10.5.21 - Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

O Grupo aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

O Grupo registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741").

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

10.5.22 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Grupo tem como política a distribuição de 30% do lucro do período, apurado em bases semestrais.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia destacam que, até a presente data, a Companhia não teve quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras da Companhia para financiar suas operações que não estejam classificadas em seu balanço patrimonial. Adicionalmente, os Diretores destacam que a Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre as operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não é de conhecimento da Administração.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não é de conhecimento da Administração.

- iv. contratos de construção não terminada

Não é de conhecimento da Administração.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não é de conhecimento da Administração.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.8 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os Diretores destacam que os investimentos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$328.706 mil, sendo desse total R\$65.235 mil para aquisições de ativos mobilizados e intangíveis e R\$263.471 mil para o pagamento de aquisição das controladas UNG e UNAMA.

Para o exercício de 2020, os Diretores destacam que os investimentos previstos deverão ser alocados para a expansão dos campi existentes, construção de novos campi e eventuais aquisições de empresas consideradas chave para suportar o crescimento da Companhia, conforme seu plano de negócios. Parte dos investimentos também será utilizada para manutenção da estrutura existente, com compra de livros para biblioteca, reposição de equipamentos (computadores, laboratórios) e licenças do MEC. A Companhia ainda avalia potenciais aquisições de outras instituições no mercado, porém não é possível garantir que esse tipo de investimento ocorrerá realmente até o presente momento.

Em 01 de novembro de 2019, após cumprimento das condições precedentes, foi realizada a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 16 de abril de 2019, por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. – CENESUP acordou adquirir 100% do capital social da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, com sede em Manaus-AM. Líder de mercado na região, em 31 de dezembro de 2018, a UNINORTE possuía um número total de 25.172 alunos com matrícula ativa, sendo 23.233 alunos de graduação e 1.939 de pós-graduação, e seu EBITDA ajustado foi de R\$ 18,7 milhões. Através de sua subsidiária CENESUP, a Ser Educacional pagou, na data de fechamento da transação, um preço de compra base (enterprise value) no valor de R\$ 194.814.000,00 (cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e catorze mil reais), do qual foi deduzido o endividamento líquido, conforme aplicável, no montante de R\$ 9.814.000,00 (nove milhões, oitocentos e catorze mil reais).

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas duas operações de financiamento que representaram R\$591,6 milhões em novos recursos, sendo os financiamentos obtidos nas seguintes condições: (i) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sendo 100.000 (cem mil) Debêntures da Primeira Série e 100.000 (cem mil) Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Primeira Série farão jus à taxa de CDI+0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) a.a., com data de vencimento em 15 de setembro de 2019. As Debêntures da Segunda Série farão jus à taxa de CDI+1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) a.a., com data de vencimento em 15 de setembro de 2021. As Debêntures possuem valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de

emissão, totalizando o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Os recursos foram captados para (1) pagamento de financiamentos da Companhia; e (2) reforço de capital de giro, caso haja saldo remanescente após a liquidação integral dos financiamentos mencionados no item (1) acima; e (ii) aumento de capital no valor de R\$ 391.644.172,80 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), mediante a emissão, por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, de 13.598.756 (treze milhões, quinhentas e noventa e oito mil, setecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 28,80 (vinte e oito reais e oitenta centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base na cotação média ponderada das Ações nos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão realizados entre 11 de agosto de 2017 (inclusive) e 11 de setembro de 2017 (inclusive), aplicando-se um deságio de 0,06% (seis centésimos por cento), que é compatível com práticas de mercado. Os recursos captados foram integralmente destinados ao capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de setembro de 2017.

Quando apropriado, a Companhia celebrou e poderá celebrar novos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e fornecedores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores afirmam que não existiram outros desinvestimentos relevantes nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia realizou importantes aquisições, que agregaram alunos à sua base de alunos, cursos e unidades operacionais.

Em janeiro de 2014, foi a aquisição da Associação de Ensino Superior Anglo Líder, mantenedora da Faculdade Anglo Líder (FAL). A instituição está localizada no município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco. A instituição foi adquirida pelo valor de R\$2,1 milhões e contava com cerca de 350 alunos.

Em julho de 2014, foi anunciada aquisição da sociedade Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda., entidade mantenedora da instituição FASE (Faculdade Santa Emília). Com 1.500 alunos e localizada Olinda, Pernambuco a aquisição foi firmada em R\$9,7 milhões.

Em outubro de 2014 foi a vez do anúncio da aquisição da União de Ensino Superior do Pará (UNESPA), mantenedora da Universidade da Amazônia (UNAMA), sediada em Belém, Estado do Pará e Instituto Santareno de Educação Superior (ISES), mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), sediado em Santarém, também no Estado do Pará, por R\$151,2 milhões, com 12,2 mil alunos.

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisas s/s Ltda. (APEP), mantenedora da Universidade Guarulhos (UNG), sediada em Guarulhos. Em setembro de 2014, a UNG contava com aproximadamente 17 mil alunos e a transação, concluída em janeiro de 2015, totalizou R\$199,1 milhões.

Em março de 2015, a Companhia assinou por meio de sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA ("UNESPA"), um Contrato de Cessão Onerosa de Manutenção e Outras Avenças ("Contrato") com o Instituto Metodista Bennett ("Metodista Bennett") prevendo a cessão da Manutenção do Centro Universitário Bennett ("Centro Universitário") à UNESPA. Em novembro de 2016, esse contrato teve suas condições precedentes atendidas, bem como já houve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, permitindo dessa forma o início de operações da unidade, que operará com a marca UNIVERITAS. O Contrato previa o pagamento total no valor de R\$10 milhões à Metodista Bennett em duas parcelas, sendo que a primeira de R\$ 1 milhão foi depositada em uma conta vinculada da própria UNESPA e o valor remanescente foi quitado quando do fechamento da operação.

Em junho de 2015, a Companhia adquiriu 100% do capital da Sociedade Universitária Mileto LTDA, mantenedora das FAMIL, que detinha cerca de 350 alunos e contava com 2 unidades localizadas em Fortaleza (CE) e Parnamirim (RN). A operação totalizou R\$6,0 milhões.

Em outubro de 2016, a Companhia adquiriu, com a assinatura de um Contrato de Cessão não-Onerosa de Manutenção da Faculdade São Camilo (FASC), no valor de R\$0,2 milhão.

Em 01 de novembro de 2019, após cumprimento das condições precedentes, foi realizada a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 16 de abril de 2019, por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. – CENESUP acordou adquirir 100% do capital social da SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda., mantenedora do Centro Universitário do Norte - UNINORTE, com sede em Manaus-AM. Líder de mercado na região, em 31 de dezembro de 2018, a UNINORTE possuía um número total de 25.172 alunos com matrícula ativa, sendo 23.233 alunos de graduação e 1.939 de pós-graduação, e seu EBITDA ajustado foi de R\$ 18,7 milhões. Através de sua subsidiária CENESUP, a Ser Educacional pagou, na data de fechamento da transação, um preço de compra base (enterprise value) no valor de R\$ 194.814.000,00 (cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e catorze mil reais), do qual foi deduzido o endividamento líquido, conforme aplicável, no montante de R\$ 9.814.000,00 (nove milhões, oitocentos e catorze mil reais).

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Em agosto de 2018, como parte de seu processo de transformação digital, batizado de "Ser Digital", o grupo Ser Educacional lançou a Overdrives, seu novo centro de inovação para criação e desenvolvimento de startups, que possui 3 objetivos principais: (i) acelerar o desenvolvimento de novas empresas, (ii) apoiar o desenvolvimento acadêmico de alunos do grupo Ser Educacional e (iii) desenvolver soluções para empresas utilizando o corpo acadêmico das instituições de ensino do Grupo Ser Educacional. Até o final de 2019, foram investidos no projeto o montante de aproximadamente R\$12,9 milhões.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante do desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

ANEXO II

**INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELO “ANEXO 9-1-II” DA INSTRUÇÃO CVM Nº
481/09**

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$136.372 mil, 32,2% inferior aos R\$201.279 mil apresentados em 2018, ambos calculados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Administração propõe à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante global de R\$38.866 mil, equivalentes ao dividendo mínimo obrigatório devido, estipulado na Política de Dividendos da Ser Educacional, e que correspondem a R\$0,301939753 por ação da Companhia.

Em 10 de setembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento, conforme previsto em sua Política de Dividendos, de dividendos intermediários aos acionistas, na importância de 30% (trinta por cento) do lucro líquido apurado até 30 de junho de 2019, no valor de R\$ 32.803 mil, correspondentes a R\$0,254837208 por ação da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de agosto de 2019. Assim, o valor a ser distribuído a título de dividendos perfaz o montante de R\$6.063 mil, que corresponde a R\$0,047102544 por ação.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., que será distribuído a título de dividendos totais será de 30,0% (trinta inteiros por cento).

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, informar:

a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Em 31 de dezembro de 2019, o capital da Companhia é composto por 128.721.560 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta) ações ordinárias, não havendo ações mantidas em tesouraria ao final do exercício.

Dessa forma, em atendimento a Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, conforme alterada, para fins do cálculo dos dividendos por ação, considerou-se o total de 128.721.560 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta), resultando num montante de R\$0,301939753 por ação.

b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Os dividendos propostos serão pagos através do Itaú Unibanco S.A. até 30 de junho de 2020, com base na posição acionária de 30 de abril de 2020. Por conseguinte, as ações serão negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 4 de maio de 2020, inclusive.

c. Incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os acionistas que farão jus aos dividendos são aqueles registrados como tal em 30 de abril de 2020, a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, sendo que, a partir de 4 de maio de 2020, as ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos".

6. Declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços trimestrais:

a. Montante dos juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável.

b. Data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

**Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de
(em R\$ mil)**

	2019	2018	2017
Lucro Líquido	136.372	201.279	197.475

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de: (em R\$ mil)

	2019	2018	2017
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	38.866	36.679	37.847

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Montante destinado à reserva legal

O montante que se propõe destinar à reserva legal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$6.819 mil.

b. Forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei das S.A. e no art. 25, parágrafo segundo do Estatuto Social.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ mil)

Lucro líquido do Exercício	136.372
Reserva legal (5%)	(6.819)
Lucro líquido do exercício ajustado	129.554

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 25 do estatuto social da Companhia, em seu Capítulo VI:

"Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) deste parágrafo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral Ordinária poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (e) o eventual saldo remanescente terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral

Ordinária.”

A tabela abaixo apresenta o cálculo dos dividendos a serem pagos com base no lucro líquido ajustado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme proposta da Administração:

Milhares de R\$	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	136.372
Reserva legal	(6.819)
Base de cálculo dos dividendos	129.554
Dividendos obrigatórios (30%)	38.866
Dividendos complementares	-
Total de dividendos – Exercício 2019	38.866
Dividendos intermediários pagos em 10/9/2019	(32.803)
Dividendos remanescentes a serem pagos	6.063
Dividendos remanescentes a serem pagos, por ação	0,047102544

b. Informar se o dividendo está sendo pago integralmente

A Administração propôs que os dividendos ora deliberados sejam pagos integralmente em até 61 (sessenta e um) dias após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

c. Montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Motivo de se considerar a perda como provável.

Não aplicável.

d. Justificação da constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

b. Natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável.

b. Montante destinado à reserva.

Não aplicável

c. Descrição do cálculo do montante.

Não aplicável.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**a. Montante da retenção.**

R\$ 90.687 mil.

b. Cópia do orçamento de capital.

Em R\$ mil

Fontes

Retenção de Lucros (artigo 196 da Lei das S.A.)	90.687
---	--------

Aplicações

Investimentos (imobilizado) previstos orçamento 2019	
Máquinas, equipamentos, ferramentas, laboratórios e bibliotecas	28.222
Informática (hardware e software) / Intangível	27.916
Construções e instalações	12.918
Capital de giro	21.631
Total de investimentos previstos	90.687

A Diretoria desenvolveu um plano de investimentos de um ano, em 31 de dezembro de 2019, que prevê investimentos em infraestrutura para suportar o crescimento de suas atividades e/ou aquisições estratégicas de outras empresas que atuam no setor de educação ao longo de 2020.

Diante do acima exposto, a Administração submete aos Acionistas e propõe a aprovação deste orçamento de capital pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**a. Montante destinado à reserva.**

Não aplicável.

b. Natureza da destinação.

Não aplicável.

ANEXO III
Informações dos Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores e
Acionistas Minoritários a Membros do Conselho de Administração
(Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da instrução CVM 480)

12.5/6 - Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Nº de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Membro independente			
José Janguê Bezerra Diniz 368.383.574-53	21/03/1964 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	4 100%
Flávio César Maia Luz 636.622.138-34 Membro dos Comitês: Finanças	27/07/1951 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) Sim	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	4 100%
Herbert Steinberg 791.851.778-49 Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança.	30/07/1955 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração Sim	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	4 100%
Francisco Muniz Barreto 223.485.458-02 Membro dos Comitês: Finanças	09/09/1970 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Cons. de Administração (Efetivo)	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	4 100%
Jânio Janguê Bezerra Diniz 567.918.444-34 Diretor Presidente	11/09/1968 Engenheiro	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 – Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	4 100%
Sidney Levy 441.607.557-04	05/11/1976 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) Sim	30/04/2020 30/04/2020	1 ano Sim	1 -

12.5/6 - Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

José Janguê Bezerra Diniz - 368.383.574-53

José Janguê Bezerra Diniz, 49, empresário, inscrito no CPF/M sob o n. 368.383.574-53, é o fundador da Ser Educacional, formou-se na Faculdade de Direito e na Faculdade de Letras, concluiu o mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira empreendedora em 1996, com a fundação do Bureau Jurídico Cursos para Concursos e fortaleceu em 2003, com a criação da Faculdade Maurício de Nassau em Recife. É Presidente da Associação Brasileira das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI), Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e autor de diversos livros nas áreas de Direito e Educação. Atuou como Juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo que até agosto de 2013 atuou como Procurador do Trabalho do Ministério Público da União, tendo formalizado seu pedido de exoneração em 21 de agosto de 2013. José Janguê Bezerra Diniz é o acionista controlador da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal durante os últimos 5 anos. Não teve qualquer condenação em processo administrativo da CVM. Não teve qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flávio César Maia Luz - 636.622.138-34

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo, com cursos de pós-graduação em Administração e Economia Aplicada pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, bem como cursos de extensão por instituições como Harvard Business School, Stanford University, California University e Wharton Business School. O Sr. Luz foi Vice-Presidente Executivo da Duratex, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo da Eletropaulo e Vice-Presidente Financeiro e Corporativo da Cofra Latin America (Grupo C&A). Adicionalmente, atua como conselheiro independente na Ultra S.A., Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., Senior Solution S.A. e atuou como conselheiro independente da Light S.A. Atualmente é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é Sócio-Diretor da consultoria Doing Business. O Sr. Luz ocupa a posição de Conselheiro Independente da Companhia desde 2012. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Herbert Steinberg - 791.851.778-49

Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios.

Nos últimos cinco anos, trabalhou como conselheiro independente do Grupo Famastil / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistar Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.5/6 - Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Francisco Muniz Barreto - 223.485.458-02

Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jânio Janguê Bezerra Diniz - 567.918.444-34

Formado em Engenharia Mecânica e pós-graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como CEO do Grupo Ser Educacional desde 2008, e como vice-presidente do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau desde 2002. Desde 2008 é presidente do Sindicato das Instituições de Ensino Superior de Pernambuco (SIESPE). Adicionalmente, atuou como conselheiro na PERPASA - Pernambuco Participações S.A, empresa que atua no setor construção e incorporação imobiliária.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Sidney Levy - 441.607.557-04

O Sr. Sidney Levy é formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem mestrado em Engenharia pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE-RJ) e Especialização em Administração pelo Institute of Management Development em Lausanne, Suíça. Trabalhou na Casa da Moeda do Brasil entre 1976 e 1981, depois na Thomas de La Rue Brasil entre 1981 e 1991. Entre 1992 e 1994, o Sr. Levy trabalhou na DLR Lerchundi na Espanha como seu Presidente. Atuou também como presidente da American Chamber of Commerce Rio entre 2005 e 2007, e ocupou o cargo de Diretor-Presidente da Companhia desde fevereiro de 1994 até maio de 2011. De maio de 2011 até o presente tem sido Presidente do Conselho de Administração da Valid. É membro do Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini desde 2017.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de finanças e de Gente, Gestão e Governança

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de Eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data de Posse	Nº de mandatos consecutivos
Outros cargos/funções exercidas no emissor					Percentual de participação nas reuniões
Flávio César Maia Luz	Comitê de Finanças	Presidente do Comitê	Engenheiro	27/06/2019	1 ano
636.622.138-34			27/07/1951	27/06/2019	6
Membro do Comitê de Finanças, além de membro do Conselho de Administração.					100%
Francisco Muniz Barreto	Comitê de Finanças	Vice-Presidente do Comitê	Economista	27/06/2019	1 ano
223.485.458-02			09/09/1970	27/06/2019	6
Membro do Comitê de Finanças, além de membro do Conselho de Administração.					100%
Rodrigo de Macedo Alves	Comitê de Finanças	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	27/06/2019	1 ano
265.630.488-11			05/09/1976	27/06/2019	4
Membro do Comitê de Finanças e Diretor de Relações com Investidores					100%
João Albérico Porto de Aguiar	Comitê de Finanças	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	27/06/2019	1 ano
819.680.604-30			26/05/1973	27/06/2019	3
Membro do Comitê de Finanças e Diretor Financeiro					100%

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de finanças e de Gente, Gestão e Governança

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de Eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data de Posse	Nº de mandatos consecutivos
Outros cargos/funções exercidas no emissor					Percentual de participação nas reuniões
Herbert Steinberg	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Administrador de Empresas	27/06/2019	1 ano
791.851.778-49	Gente, Gestão e Governança		30/07/1955	27/06/2019	4
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança, além de membro do Conselho de Administração.					100%
Jânio Janguê Bezerra Diniz	Outros Comitês	Vice-Presidente do Comitê	Engenheiro	27/06/2019	1 ano
567.918.444-34	Gente, Gestão e Governança		11/09/1968	27/06/2019	3
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança, além de membro do Conselho de Administração.					100%
Joaldo Janguê Bezerra Diniz	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	27/06/2019	1 ano
028.159.254-35	Gente, Gestão e Governança		03/05/1977	27/06/2019	2
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança					0%
Mário Bardella Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/06/2019	1 ano
034.674.068-15	Gente, Gestão e Governança		13/07/1947	27/06/2019	2
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança					100%
Adriano Azevedo	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/06/2019	1 ano
928.249.275-34	Gente, Gestão e Governança		19/10/1974	27/06/2019	2
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança					100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Flávio César Maia Luz - 636.622.138-34

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo, com cursos de pós-graduação em Administração e Economia Aplicada pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, bem como cursos de extensão por instituições como Harvard Business School, Stanford University, California University e Wharton Business School. O Sr. Luz foi Vice-Presidente Executivo da Duratex, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo da Eletropaulo e Vice-Presidente Financeiro e Corporativo da Cofra Latin America (Grupo C&A). Adicionalmente, atua como conselheiro independente na Ultra S.A., Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., Senior Solution S.A. e atuou como conselheiro independente da Light S.A. Atualmente é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é Sócio-Diretor da consultoria Doing Business. O Sr. Luz ocupa a posição de Conselheiro Independente da Companhia desde 2012. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Francisco Muniz Barreto - 223.485.458-02

Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Rodrigo de Macedo Alves - 265.630.488-11

Rodrigo Alves possui 20 anos de experiência de mercado de capitais. Graduado em economia pela PUC-SP e com MBA em Finanças pelo IBMEC-SP, tem experiência na área de relações com investidores de empresas como NET Serviços e Gol Linhas Aéreas, bem como atuou nas mesas de operações do Banco Santander. Mais recentemente, Rodrigo atuou como diretor financeiro de uma empresa de telecomunicações e foi consultor de diversas empresas de capital aberto nas áreas de relações com investidores, mercado de capitais e finanças corporativas. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

João Albérico Porto de Aguiar - 819.680.604-30

Com mais de 20 anos de experiência na área financeira, João Aguiar foi auditor da PricewaterhouseCoopers por mais de 12 anos, atuando posteriormente como Controller em empresas dos setores de bebidas, saúde, imobiliário e varejo, sendo nesse setor sua mais recente passagem como diretor de controladoria do Grupo Máquina de Vendas. Com vasta experiência em reestruturações organizacionais e societárias, além do amplo conhecimento das áreas de contabilidade, finanças, operações estruturadas e controles internos, João Aguiar é formado em Contabilidade e Pós-Graduado em Finanças Corporativas pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), com especialização em Gestão de Empresas pelo CEDEPE Business School (PE) e em Planejamento Tributário, pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Herbert Steinberg - 791.851.778-49

Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios.

Nos últimos cinco anos, trabalhou como conselheiro independente do Grupo Famastil / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistar Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A..

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jânio Janguê Bezerra Diniz - 567.918.444-34

Formado em Engenharia Mecânica e pós-graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como CEO do Grupo Ser Educacional desde 2008, e como vice-presidente do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau desde 2002. Desde 2008 é presidente do Sindicato das Instituições de Ensino Superior de Pernambuco (SIESPE). Adicionalmente, atuou como conselheiro na PERPASA - Pernambuco Participações S.A, empresa que atua no setor construção e incorporação imobiliária.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Joaldo Janguê Bezerra Diniz - 028.159.254-35

Formado em Análise de Sistemas pela Universidade Salgado de Oliveira, com MBA Executivo em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela UNINASSAU e Pós-Graduação em Redes de Convergência e Telecom pela UFPE/FIR. Profissional com mais de 20 anos de experiência no Mercado Educacional, com abrangência Nacional, com experiência na gestão das áreas de Tecnologia, Serviços, Finanças, Qualidade e Operações e vivência na formação multidisciplinar e no desenvolvimento de equipes de alta performance. Atua como Diretor Executivo de Inovação e Serviços do Grupo Ser Educacional, sendo cofundador do Grupo, e é responsável por toda área de serviços da Companhia, que engloba o CSC - Centro de Serviços Compartilhados e a CRA - Central de Relacionamento com o Aluno, além das áreas de Tesouraria, Faturamento, Contas a Receber, Contas a Pagar, Contábil, Fiscal, Ativo, Compras, Departamento Pessoal, TI, Suprimentos, Integração, CRA Processamento e CRA Documentação Estudantil. Já atuou também como Diretor de TI e foi secretário do Conselho de Administração do Grupo Ser Educacional.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Mário Bardella Junior - 034.674.068-15

Formado em Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de São Caetano do Sul, com programa de extensão em Sistemas de Informação pela FEA – Faculdade de Economia e Administração da USP – Universidade de São Paulo. Participou de programas de educação executiva no exterior junto à Universidade de Michigan (USA) e Harvard Business School (USA). Possui formação em Coaching pela Universidade de Columbia (NY-USA) e pelo CCL – Center for Creative Leadership (Colorado, EUA). Possui formação em Gestão da Qualidade pela JUSE – Japanese Union of Scientists and Engineers (Japão). Profissional com mais de 30 anos de experiência em posições executivas nas áreas de Recursos Humanos e Organização. Nos últimos cinco anos tem atuado como Consultor Independente, integrando Comitês Executivos e Comitês Especializados de apoio a Conselhos de Administração. Atuava anteriormente como Vice-Presidente de Recursos Humanos para a América Latina na empresa multinacional americana Newell Brands, posição que ocupou por 12 anos, com responsabilidade pelas atividades de RH e de apoio aos executivos dos negócios na Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Venezuela, México e escritório central localizado na Flórida, EUA. É fundador e diretor da Associação Beneficente Instituto Francis (São Paulo) dedicada a programas de Desenvolvimento Humano.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Adriano Azevedo - 928.249.275-34

É Diretor Executivo de Ensino do Grupo Ser Educacional, pró-reitor de Planejamento e Operações da UNINASSAU. Desde 2001 atua no setor de Educação. Há mais de 10 anos faz parte do Grupo Ser Educacional. Anteriormente, atuou como Diretor Acadêmico e de Negócios da Faculdade Baiana de Ciências e Sócio Diretor da Futura Consultoria. Formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Administração de Recursos Humanos e Mestrado em Administração Pública e Mestrado em Administração.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jânio Janguê Bezerra Diniz	567.918.444-34	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Janguê Bezerra Diniz	368.383.574-53	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	
Presidente do Conselho de Administração e Controlador				
<u>Observação</u>				
Juntos, detêm, direta e indiretamente, em 31 de dezembro de 2019, 57,78% do capital votante da Ser Educacional S.A.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida entre nossos administradores e quaisquer de nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nosso controlador, direto ou indireto, ou fornecedores, clientes, devedor ou credor.

ANEXO IV
Informações dos Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores a
Membros do Conselho Fiscal
(Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da instrução CVM 480)

12.5/6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Membro independente			
Reginaldo Ferreira Alexandre	07/03/1959	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	5
003.662.408-03	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	100.00%
Não ocupa outros cargos		Sim		-	
Fernando Eduardo Ramos dos Santos	11/10/1980	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	4
875.785.901-97	Contador	48 - C.F. (Efetivo) Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos		Não		-	
Nazareno Habib Ouvidor Bichara	03/06/1972	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	3
338.982.002-72	Contabilista	48 - C.F. (Efetivo) Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos		Não		-	
Walter Luis Bernardes Albertoni	29/09/1968	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	5
147.427.468-48	Advogado	48 - C.F. (Suplent) Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
Não ocupa outros cargos		Sim		-	
Antônio Carlos Moreira Ventura	04/12/1954	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	1
070.264.204-53	Contador	46 - C.F. (Suplent) Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos		Não			
Francisco de Assis Gomes Silva	30/12/1952	Conselho Fiscal	30/04/2020	1 Ano	4
066.760.494-49	Contador	46 - C.F. (Suplent) Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos		Não		-	

12.5/6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nazareno Habib Ouvidor Bichara - 338.982.002-72

Formado em Economia e em Contabilidade pela Unama – Universidade da Amazônia possui ainda mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP), e MBA em Auditoria pela Fundação Getulio Vargas. Atualmente, CEO da Leal Moreira, no período de 2009 a 2015, atuou como Diretor Financeiro da Ser Educacional, sendo que no período de 2012 a 2015 ocupou também o cargo de Pró – Reitor de Administração e Finanças da Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau. Assumiu em 2013, o cargo de Vice-Presidente para Entidades Privadas do Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças (IBEF Pernambuco). De 1993 a 1998 foi auditor na Ernst Young. Atuou ainda de 1999 a 2002 como auditor interno da Albras Alumínio Brasileiro S.A., empresa do setor de alumínio. Adicionalmente, foi diretor executivo do Multibank de 2004 a 2006 e diretor executivo também do Diários Associados do Rio Grande do Norte e Paraíba de 2006 a 2008.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Instrução CVM 301/99.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos - 875.785.901-97

Fernando Eduardo Ramos dos Santos, nascido em 11 de outubro de 1980, é Bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás desde 2003 e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas desde 2006. Fernando é atualmente sócio da BDO Auditores Independentes onde atua por mais de 15 anos. Fernando é Auditor registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, ao Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também é Membro do Comitê Técnico da BDO, Membro do Instituto dos Auditores independentes – IBRACON, Membro do GT 6 – Grupo Técnico do Ibracon do Segmento de Energia Elétrica.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional. Ainda, não é considerado pessoa politicamente exposta nos termos da Instrução CVM 301/99.

12.5/6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Reginaldo Ferreira Alexandre - 003.662.408-03

Reginaldo Ferreira Alexandre é Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1981. Com quinze anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, organizador e diretor de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores no período de 1986 a 2002. Trabalhou ainda como analista de crédito corporativo no Banco Citibank S.A. de 1983 a 1986 e como consultor nas áreas de estratégia da Accenture (2002) e de corporate finance da Deloitte (maio/2007 a janeiro/2008). Atualmente atua na ProxyCon Consultoria Empresarial, empresa que se dedica às atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa. Adicionalmente, Reginaldo Ferreira Alexandre é membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005. Também participa como membro do Comitê de Aquisições e Fusões - CAF. Reginaldo Ferreira Alexandre é analista de investimentos certificado (CNPI), além de Gestor de valores mobiliários credenciado pela CVM. Membro efetivo, atualmente, dos Conselhos Fiscais das seguintes empresas de capital aberto: (i) Aliansce Shopping Centers S.A. (eleito em abril de 2014 e reeleito em abril de 2015); (ii) BRF S.A. (eleito em abril de 2015); (iii) Lochpex Maxion (eleito em abril de 2013 e reeleito em abril de 2014 e 2015); (iv) Paraná Banco S.A. (eleito em abril de 2011 e reeleito em abril de 2012, 2013, 2014 e 2015); (v) Petrobras S.A. (eleito em abril de 2013 e reeleito em 2014 e 2015); (vi) Ser Educacional S.A. (eleito em abril de 2015); (vii) Unipar Carbocloro S.A. (eleito em abril de 2015) Membro suplente dos seguintes Conselhos Fiscais: (i) Graziotin S.A. (eleito em abril de 2015); (ii) Indústrias Romi S.A. (eleito em março de 2015); (iii) SLC Agrícola (suplente; eleito em abril de 2013 e em abril de 2014 e de 2015). Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Francisco de Assis Gomes Silva - 066.760.494-49

Graduado em Ciências Contábeis pela Unianhanguera/GO em Abril/1998, especialista em Direito Tributário pela Universidade Católica de Goiás, com mestrado em Gestão e Produção Agroindustrial pela Uniderp/MS em Setembro/2008, e MBA em Capital Markets pela Indiana State University em Agosto/2013, Private Wealth Management pela Wharton School-University of Pennsylvania em Outubro/2014 e Business Management pela Yale School of Management em Junho/2011. Foi sócio da Divisão Tributária da Arthur Andersen, LLC de Chicago/EUA de Jan/1991 a Dez/1993, da EY/Brasil no período Dez/2006 a Mar/2009 e foi analista de mercados emergentes do Salomon Brothers Inc em Miami/EUA no período Jan/1994 a Jun/1995. Atualmente é diretor executivo da Gennesys Consulting/Brasil, BRZ Capital/EUA e Miami Family Office & School/EUA.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.5/6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Antônio Carlos Moreira Ventura - 070.264.204-53

Antônio Carlos Ventura é formado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, ambas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – e MBA em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. É sócio-diretor da ACV Consultores em Negócios Ltda e da Ventura & Figueiredo Expertises em Soluções Empresariais Ltda, atuando como consultor no assessoramento, orientação e consultoria empresarial nas áreas de planejamento e gestão financeira, planejamento estratégico, construção de modelos de gestão e governança empresarial. É Membro do Conselho de Administração da Saraiva Equipamentos Ltda e professor de finanças do BAEX – Brasil Executive Education. Atuou também como Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Controladoria e Diretor Executivo, por mais de trinta e cinco anos em empresas e negócios nos mais variados segmentos econômicos, tais como: grupo Fernandes Vieira, Refrescos Guararapes Ltda. (Coca-Cola Recife) e Grupo Bunge.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Walter Luis Bernardes Albertoni - 147.427.468-48

Walter Luis Bernardes Albertoni é bacharel em Direito, graduado em 1992 pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, advogado inscrito na OAB/SP sob n.º 123.283, com escritório a Rua Viradouro, 63/21, São Paulo, SP, Pós-Graduado em Direito Processual Civil (PUCSP-COGAE), em Direito Societário e em Direito Tributário (LLM Insper, antigo IBMEC-SP). Atua, há aproximadamente 8 (oito) anos, como consultor jurídico terceirizado da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC, emitindo pareceres e elaborando manifestações institucionais na defesa dos direitos e dos interesses dos acionistas minoritários. Conselheiro Fiscal da Petróleo Brasileiro S/A (2013 - atual). Conselheiro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (2012-atual). Membro do Corpo Técnico do CAF - Comitê de Aquisições e Fusões. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de finanças e de remuneração

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

12.8 - Percentual de participação de cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável para os candidatos a membros do conselho fiscal apoiados pelo acionista controlador da Companhia.

ANEXO V

**INFORMAÇÕES REQUERIDAS NO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
(ITEM 13 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480)**

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é o órgão responsável pela avaliação dos nossos administradores, bem como pela definição da remuneração devida a cada um deles, nos termos da política de remuneração da Companhia. O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é formado atualmente por 2 (dois) membros do Conselho de Administração. As reuniões têm periodicidade trimestral, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, são baseados nas práticas de mercado, na nossa consistência interna e tem como objetivos e premissas:

- Atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das nossas estratégias de negócios;
- Alinhar os interesses dos administradores, dos acionistas e os nossos para a criação de valor para a Ser Educacional de forma sustentável;
- Motivar e recompensar o desempenho individual dos administradores, tendo em vista o alcance de nossas metas financeiras e estratégicas;
- Refletir a cultura e os nossos valores: ética, solidez, respeito, empreendedorismo e união;
- Fornecer aos nossos administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, bem como manter a consistência de remuneração e os nossos resultados.
- Prover um adequado equilíbrio entre as remunerações fixa e variável, de curto e longo prazo, conforme a nossa cultura; e
- Permitir a comunicação entre nós, nossos administradores e empregados quanto ao entendimento e aplicação da política de remuneração.

Não obstante, a remuneração dos membros independentes do Conselho de Administração é acordada entre a Companhia e o conselheiro, observado que anualmente o valor fixo da remuneração é reajustado de acordo com nossos padrões internos e as práticas de mercado. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S.A., no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base na média da remuneração da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Companhia possui uma Política de Remuneração, que foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de outubro de 2018. A Política de Remuneração está disponível para consulta na sede da Companhia, no seu website

(<http://ri.sereducacional.com/>), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcelas fixas, incluindo um salário fixo mensal, fixado anualmente pela Assembleia Geral, tomando por base sua correção monetária por índice de inflação.

De acordo com as práticas adotadas pela Companhia, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada com base em pesquisas de mercado com as principais empresas do segmento, definindo-se assim a remuneração que será praticada, a qual deverá ser validada pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, definido anualmente para cada um de seus membros pela Assembleia Geral; e
- uma parcela variável, a qual inclui a participação nos nossos resultados.

A composição da remuneração dos Diretores (estatutários e não estatutários) é definida por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na Companhia. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será composta somente por uma parcela fixa equivalente ao mínimo legal exigido, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. Assim, conforme acima mencionado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que em média for atribuída a cada Diretor, sem considerar os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado ainda que tais membros também serão reembolsados de todas as despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Os participantes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê de Auditoria e Finanças, e Comitê de Governança e Remuneração, poderão ser

remunerados por sua participação nesses comitês, em até 30% da remuneração fixada para os membros do Conselho de Administração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta somente por parcelas fixas, conforme definidas anualmente pela Assembleia Geral.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

No que tange a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, em 2017, 2018 e 2019 a remuneração foi composta de uma parcela fixa mensal, representando 76%, 100% e 71% da remuneração total, e por uma parcela variável, que representou 24%, 0% e 29% da remuneração total. Para 2020, a previsão é de que, no mínimo, 70% da remuneração total dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária seja composta de remuneração fixa e até 30% seja referente a remuneração variável.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, possui apenas um componente fixo em sua remuneração. Em 2017, 2018 e 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$293 mil, R\$252 mil e R\$387 mil, respectivamente. A Companhia instalou espontaneamente o Conselho Fiscal a partir da AGO realizada em 30 de abril 2015. A previsão para 2020 é R\$432 mil.

Comitês

Os membros dos Comitês poderão ser remunerados por suas participações nestes apenas em parcelas fixas, correspondentes a, no máximo, 30% da remuneração estabelecida para os membros do Conselho de Administração da Companhia.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos órgãos da administração da Companhia é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Avaliação dos cargos e respectivas responsabilidades, considerando a estratégia e consistência da prática de remuneração por nós adotada, bem como de posicionamento para remuneração;
- Valor do cargo internamente, ou seja, perante cargos de outras áreas (equidade interna);
- Desempenho individual conforme sistema de avaliação adotado;
- Experiência e maturidade do executivo na função ocupada; e

- Outros fatores eventuais, como executivos de alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Remuneração Variável

O nosso Programa de Remuneração Variável, formado pela participação nos nossos resultados, bem como com por qualquer outro plano que possa vir a ser implementado pela Companhia, é destinado aos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários, gerentes e coordenadores, utilizando como referência de metas o nosso desempenho financeiro e operacional. O pagamento do Programa de Remuneração Variável é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos nossos resultados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

De forma geral, a composição da remuneração visa a permanência dos executivos, bem como o alinhamento dos interesses de tais executivos com os nossos objetivos de curto prazo e com os resultados de longo prazo.

Remuneração do Conselho de Administração

No que tange à remuneração dos membros do Conselho de Administração, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, tanto nos elementos que a compõe quanto no peso de cada um, reflete:

- A competitividade com a prática do mercado composto por empresas do nosso setor de atuação, além da prática de remuneração já adotada por nós, que permita atrair e reter os executivos com as qualificações requeridas;
- A possibilidade de se associar uma parcela significativa da remuneração total aos nossos resultados;
- A busca de um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a geração de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de riscos moderados; e
- A possibilidade de se balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

Remuneração do Conselho Fiscal

No que tange à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, tal remuneração terá como objetivo principal atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções, observados os limites fixados pela legislação em vigor. Um conselheiro fiscal

poderá receber uma remuneração equivalente à até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

Remuneração dos Comitês

Os membros dos Comitês recebem remuneração por participarem de tais Comitês. Um membro de comitê pode receber uma remuneração equivalente à até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros da administração não remunerados existentes na Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. O racional para este modelo é:

- Os membros do Conselho de Administração necessitam de total independência para analisar as propostas da Diretoria. Evitam-se, assim, sistemas de remuneração que possam gerar situações de conflito de interesses; e
- Os membros do Conselho de Administração são profissionais de vasta experiência e reputação reconhecida no mercado, com histórico de sucesso profissional.

No caso dos Diretores Estatutários e Não Estatutários:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base nas práticas de remuneração já adotadas, nos nossos resultados e no desempenho individual, este último referenciado em metas específicas;
- A remuneração variável anual depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano pelo Conselho de Administração, conforme o nosso plano de negócios. Para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, foram considerados os indicadores corporativos, tais como EBITDA, captação de novos alunos, retenção de alunos e IGC, além de outros indicadores específicos de qualidade e individuais.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, também recebem apenas remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho, incompatíveis com as funções daquele órgão.

Os membros dos Comitês recebem uma remuneração equivalente à até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base em pesquisa de mercado, nos nossos resultados e no desempenho individual, este com base em metas específicas e na prática de remuneração já adotada;
- A remuneração variável anual é definida pelos indicadores estratégicos, neste sentido são estabelecidos *targets* individuais para cada meta de cada um dos indicadores indicados no item “c” acima, as quais são avaliadas no final do exercício fiscal com o *target* proposto e, assim, gerado o índice a ser aplicado aos envolvidos.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês são elegíveis somente à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A nossa estratégia de remuneração tem como objetivos a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a criação e implantação das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, que resultem na criação de valores sustentáveis para a Companhia.

A mecânica do plano de remuneração variável anual, aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento, resultados e valor, de curto e médio prazo. A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na bolsa de valores mobiliários - B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção não foi implementado por orientação de consultoria especializada contratada pela Companhia, que nos relatou o impacto de possíveis passivos trabalhistas associados ao plano de opção de ações. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

Dessa forma, a política de remuneração descrita neste item 13.1 deste Formulário de Referência tem por objetivo incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos por nós, alinhando interesses dos colaboradores com os nossos.

No curto prazo, buscamos o alinhamento de interesses por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os níveis de mercado.

No médio prazo, por meio do pagamento de bônus e participação nos nossos resultados a determinados colaboradores, buscando premiar o alcance e a superação de metas

individuais com as nossas metas, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e de mercado.

Finalmente, no longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio de plano baseado na concessão de uma premiação financeira atrelada a nossa valorização no longo prazo, por meio da valorização da cotação de ações de nossa emissão.

Destaca-se que, embora aprovado, ainda não houve outorga de opção de compra de ações aos beneficiários do plano.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não foi estabelecido no contrato dos administradores remuneração ou benefício associado a eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório o Comitê de Gente, Gestão e Governança, que se reúne e discutem os temas relacionados e faz recomendações para subsidiar a recomendação do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia baseia-se em pesquisas de mercado realizadas pelo seu departamento de recursos humanos, nas opções que encontra em cada mercado em que atua, bem como na experiência de seus membros.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é avaliada periodicamente pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa com o objetivo de identificar discrepâncias significativas na Política de Remuneração da Companhia e demais companhias comparáveis do mercado, sendo o responsável por propor alterações e atualizações da política ao Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração, por sua vez, avalia de forma recorrente o desempenho de seus executivos e ao menos uma vez ao ano realiza uma avaliação do desempenho de seus colaboradores para fins de decisão da remuneração variável. Ademais, com o assessoramento do Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa da Companhia, o Conselho de Administração realiza revisões à Política de Remuneração.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
PREVISTO PARA 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.400.000,00	3.900.000,00	360.000,00	7.660.000,00
Benefícios diretos e indiretos				-
Participações em comitês	110.000,00	60.000,00		170.000,00
Outros	760.000,00	1.334.000,00	72.000,00	2.166.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	
Remuneração Variável				
Bônus		2.250.000,00		2.250.000,00
Participação em resultados				-
Participações em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego		-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	O número de membros corresponde à média anual dos administradores e foi apurado mensalmente na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2020.	O número de membros corresponde à média anual dos administradores e foi apurado mensalmente na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2020.	O número de membros corresponde à média anual dos administradores e foi apurado mensalmente na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2020.	
Total da remuneração	4.270.000,00	7.544.000,00	432.000,00	12.246.000,00

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
REALIZADO DE 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.936.500,00	3.396.126,39	322.680,00	6.655.306,39
Benefícios diretos e indiretos				-
Participações em comitês	90.529,20	38.632,20		129.161,40
Outros	605.405,84	1.162.409,41	64.536,00	1.832.351,25
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	
Remuneração Variável				
Bônus		1.875.452,33		1.875.452,33
Participação em resultados				-
Participações em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.632.435,04	6.472.620,33	387.216,00	10.492.271,37

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
REALIZADO DE 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros de Remunerado	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.712.000,00	3.336.792,57	227.370,00	6.276.162,57
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	79.588,80	-	-	79.588,80
Outros	558.400,00	1.134.509,47	24.804,00	1.717.713,47
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação em resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.349.988,80	4.471.302,04	252.174,00	8.073.464,84

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros de Remunerado	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.458.694,28	3.235.716,92	244.315,50	5.938.726,70
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	79.588,80	-	-	79.588,80
Outros	491.738,86	1.100.143,75	48.863,10	1.640.745,71
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.	
Remuneração Variável				
Bônus	-	1.016.759,44	-	1.016.759,44
Participação em resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	345.698,21	-	345.698,21
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.030.021,94	5.698.318,32	293.178,60	9.021.518,86

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Exercício Social a ser encerrado em 31.12.2020				
PREVISTO PARA 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00			6,00
Nº de membros Remunerados		0,00		6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		2.250.000,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.250.000,00		2250000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				0,00

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31.12.2019				
REALIZADO DE 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.875.452,33		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1.875.452,33		1875452,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				0,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31.12.2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	-	-	0,00
Nº de membros de Remunerado	-	-	-	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	0,00

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31.12.2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	5,00	-	5,00
Nº de membros de Remunerado	-	5,00	-	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.016.759,44	-	1.016.759,44
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Conforme anteriormente informado, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Justificativa para o não preenchimento do quadro.

A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção nunca foi implementado pela Companhia, por orientação de consultoria especializada, que relatou o impacto de possíveis passivos trabalhistas associados ao plano de opção de ações. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

Portanto, não havia plano de remuneração baseado em ações em vigor no último exercício social e não há plano de remuneração baseado em ações em vigor para o exercício social corrente.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro.

A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção nunca foi implementado pela Companhia, por orientação de consultoria especializada. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

Portanto, não havia plano de remuneração baseado em ações em vigor nos últimos 3 exercícios sociais e não há plano de remuneração baseado em ações em vigor para o exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro.

A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção nunca foi implementado pela Companhia, por orientação de consultoria especializada. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

Portanto, não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro.

A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção nunca foi implementado pela Companhia, por orientação de consultoria especializada. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

Portanto, não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro.

A Assembleia Geral da Companhia chegou a aprovar, em 12 de agosto de 2013, as diretrizes gerais para um plano de opção de ações, consistente em uma premiação em dinheiro baseada na valorização das ações da Companhia, conforme a variação de seu preço na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante sua aprovação, este plano de opção nunca foi implementado pela Companhia, por orientação de consultoria especializada. Esta mesma consultoria está analisando alternativas de alinhamento estratégico dos executivos vinculados a planos de incentivo de longo prazo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não há participação detida nas demais empresas indicadas.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor, conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou Diretoria Estatutária.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número de membros	5	5	2500	6	5	0
Número de membros remunerados	5	5	2500	6	5	0
Valor da maior remuneração (Reais)	1.373.333,33	1.315.000,00	2.500,00	1.800.000,00	1.800.000,00	-
Valor da menor remuneração (Reais)	365.480,05	377.125,92	2.500,00	112.500,00	228.000,00	-
Valor médio da remuneração (Reais)	679.225,28	667.358,51	2.500,00	489.416,67	542.400,00	-

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017
Conselho de Administração	44,12%	43,21%	41,40%
Diretoria	51,03%	53,17%	54,49%
Conselho Fiscal	4,85%	3,62%	4,11%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Os nossos administradores não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os administradores da Companhia não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração reconhecida no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de nossas controladas.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não temos informações adicionais para este item 13.

ANEXO VI
INFORMAÇÕES EXIGIDAS EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

(QUADRO COMPARATIVO DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL)

ANEXO VI

INFORMAÇÕES EXIGIDAS EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

(QUADRO COMPARATIVO DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL)

TABELA COMPARATIVA DO ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.

ATUAL ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.	ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.	JUSTIFICATIVAS
CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES	
Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por 132.951.860 (cento e trinta e dois milhões, novecentas e cinquenta e uma mil, oitocentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.	Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por 132.951.860 <u>128.721.560</u> (cento e trinta <u>vinte</u> e dezoito <u>setecentos e vinte e uma mil, oitocentas</u> <u>quinhentos</u> e doze <u>mil</u> <u>sessenta</u>) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.	Alterado para refletir a quantidade de ações da Companhia, tendo em vista o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria no montante de 4.230.300 ações, representando uma queda de 3,2% do total de ações emitidas, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração em 9 de maio de 2019.

ANEXO VII
INFORMAÇÕES EXIGIDAS EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
(VERSÕES MARCADA E LIMPA DO ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO COM ALTERAÇÕES MARCADAS

SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo Primeiro. A SER EDUCACIONAL S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Artigo Segundo. A Companhia tem por objeto social:

- (i) o desenvolvimento e a administração de atividades e instituições nas áreas de educação básica, educação superior, educação profissional, educação corporativa, cursos para concursos e outras áreas associadas à educação;
- (i) a administração de bens e negócios próprios; e
- (ii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, por meio de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo Segundo. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem

estar localizadas no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente relacionadas à sua qualidade de empresa controladora, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas ao objeto social da Companhia.

Artigo Terceiro. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. da Saudade, nº 254, no Bairro de Santo Amaro, CEP: 50100-200, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo Quarto. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por por ~~132.951.860~~128.721.560 (cento e ~~trinta~~vinte e ~~dois~~oito milhões, setecentos e vinte e uma mil, oitocentas~~quinhentos~~ e ~~doze mil~~sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive número de ações, preço, prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Parágrafo Segundo. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e demais condições da emissão de ações.

Parágrafo Terceiro. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Parágrafo Quarto. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição

pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo Sexto. As integralizações serão efetivadas à vista. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária com base no IGP-M mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Oitavo. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Sexto. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- (f) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo Sétimo. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo Oitavo. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

- (a) deliberar sobre o registro de companhia aberta da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- (b) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; e
- (c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo Nono. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 10º. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Parágrafo Terceiro. Os acionistas deverão manifestar-se, durante a realização da Assembleia Geral, sobre a existência de eventual situação de conflito de interesses, conforme disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, em matérias discutidas ou deliberadas, nas quais sua independência venha a ser comprometida, bem como deverão abster-se de votar na respectiva matéria.

Parágrafo Quarto. Caso qualquer outro acionista tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista em qualquer matéria objeto de deliberação, este deverá comunicar tal situação à Assembleia Geral, devendo o acionista conflitado abster-se de votar.

Parágrafo Quinto. Caso o acionista conflitado se recusar a abster-se de votar, em descumprimento ao disposto nos parágrafos terceiro e quarto acima, o presidente da Assembleia Geral deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, nos termos do parágrafo 4º do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, ainda que tal anulação seja realizada após a Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 11º. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 12º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 13º. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15º. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s) dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será(ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho de Administração escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Quarto. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de *quorums* de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 16º. Compete ao Conselho de Administração:

- (a) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;
- (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;

- (f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;
- (g) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (h) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações;
- (i) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- (j) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- (k) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- (l) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (m) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;
- (n) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;
- (o) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;
- (p) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e seus (a) acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em

qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

(r) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização a ser realizada pela Companhia em suas controladas;

(s) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;

(t) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;

(u) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação;

(v) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

(w) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

(x) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(y) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;

(aa) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

(bb) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;

(cc) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(dd) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;

(ee) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que deram origem à mudança de controle, e

consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;

(ff) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação aos preços e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (iv) o valor econômico da Companhia, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(gg) avaliar e divulgar anualmente quem são os membros do Conselho de Administração considerados independentes, bem como justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a sua independência; e

(hh) resolver os casos omissos neste Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo Quarto. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo Quinto. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo Sexto. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente o Conselheiro representado por procurador validamente nomeado ou que participe por meio de conferência telefônica ou videoconferência, bem como aquele que enviar, antecipadamente, seu voto, conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 15º deste Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do

Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos sete dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-símile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será Diretor Financeiro, (iv) um será Diretor de Ensino; e (v) os demais serão Diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

(a) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

(b) Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei;

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas;

(d) Diretor de Ensino: (i) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (ii) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (iii) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (iv) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e/ou abrangência; e (v) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

(e) Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 18º. O mandato dos membros da Diretoria será de 1 (um) ano, admitida reeleição.

Artigo 19º. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda à eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo Primeiro. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo Segundo. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 20º. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Para que as reuniões da Diretoria possam validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 21º. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judícia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo Segundo. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de

obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo Terceiro. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 22º. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23º. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 24º. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33 deste Estatuto Social, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este

último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) deste parágrafo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral Ordinária poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (e) o eventual saldo remanescente terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 26º. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 27º. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 28º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 29º. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria

participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 30º. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 31º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 32º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO IX JUÍZO ARBITRAL

Artigo 33º. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Artigo 34º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 35º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de

Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36º. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do poder de controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO LIMPO

SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ 04.986.320/0001-13

NIRE 26.3.0001679-6

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo Primeiro. A SER EDUCACIONAL S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Artigo Segundo. A Companhia tem por objeto social:

(i) o desenvolvimento e a administração de atividades e instituições nas áreas de educação básica, educação superior, educação profissional, educação corporativa, cursos para concursos e outras áreas associadas à educação;

(iii) a administração de bens e negócios próprios; e

(iv) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, por meio de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo Segundo. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente relacionadas à sua qualidade de empresa controladora, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas ao objeto social da Companhia.

Artigo Terceiro. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. da Saudade, nº 254, no Bairro de Santo Amaro, CEP: 50100-200, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo Quarto. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por 128.721.560 (cento e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e uma mil, quinhentos e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive número de ações, preço, prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Parágrafo Segundo. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e demais condições da emissão de ações.

Parágrafo Terceiro. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Parágrafo Quarto. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo Sexto. As integralizações serão efetivadas à vista. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária com base no IGP-M mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Oitavo. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Sexto. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (g) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;
- (h) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (i) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (j) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (k) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- (l) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo Sétimo. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo Oitavo. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

- (d) deliberar sobre o registro de companhia aberta da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- (e) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; e
- (f) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo Nono. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 10º. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Parágrafo Terceiro. Os acionistas deverão manifestar-se, durante a realização da Assembleia Geral, sobre a existência de eventual situação de conflito de interesses, conforme disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, em matérias discutidas ou deliberadas, nas quais sua independência venha a ser comprometida, bem como deverão abster-se de votar na respectiva matéria.

Parágrafo Quarto. Caso qualquer outro acionista tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista em qualquer matéria objeto de deliberação, este deverá comunicar tal situação à Assembleia Geral, devendo o acionista conflitado abster-se de votar.

Parágrafo Quinto. Caso o acionista conflitado se recusar a abster-se de votar, em descumprimento ao disposto nos parágrafos terceiro e quarto acima, o presidente da Assembleia Geral deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, nos termos do parágrafo 4º do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, ainda que tal anulação seja realizada após a Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 11º. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 12º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no

artigo 33 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 13º. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15º. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s) dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será(ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30

(trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho de Administração escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Quarto. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de *quoruns* de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 16º. Compete ao Conselho de Administração:

(z) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;

(aa) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;

(bb) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

(cc) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;

(dd) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;

(ee) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;

(ff) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(gg) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações;

- (hh) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- (ii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- (jj) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- (kk) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (ll) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;
- (mm) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;
- (nn) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;
- (oo) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (pp) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e seus (a) acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;
- (qq) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização a ser realizada pela Companhia em suas controladas;
- (rr) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;
- (ss) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (tt) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio

ou associação;

(uu) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

(vv) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

(ww) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(xx) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;

(ii) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

(jj) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;

(kk) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(ll) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;

(mm) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que deram origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;

(nn) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação aos preços e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (iv) o valor econômico da Companhia, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(oo) avaliar e divulgar anualmente quem são os membros do Conselho de Administração considerados independentes, bem como justificar quaisquer circunstâncias

que possam comprometer a sua independência; e

(pp) resolver os casos omissos neste Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo Quarto. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo Quinto. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo Sexto. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente o Conselheiro representado por procurador validamente nomeado ou que participe por meio de conferência telefônica ou videoconferência, bem como aquele que enviar, antecipadamente, seu voto, conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 15º deste Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos sete dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-símile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será Diretor Financeiro, (iv) um será Diretor de

Ensino; e (v) os demais serão Diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

(f) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

(g) Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei;

(h) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas;

(i) Diretor de Ensino: (i) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (ii) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (iii) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (iv) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e/ou abrangência; e (v) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

(j) Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 18º. O mandato dos membros da Diretoria será de 1 (um) ano, admitida reeleição.

Artigo 19º. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda à eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo Primeiro. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo Segundo. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 20º. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Para que as reuniões da Diretoria possam validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 21º. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judícia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo Segundo. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo Terceiro. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 22º. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23º. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 24º. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecendo as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33 deste Estatuto Social, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo

195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) deste parágrafo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral Ordinária poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (e) o eventual saldo remanescente terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 26º. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 27º. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 28º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 29º. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 30º. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 31º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 32º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO IX JUÍZO ARBITRAL

Artigo 33º. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Artigo 34º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 35º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36º. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do poder de controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do

Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

ANEXO VIII
Declarações dos Candidatos a Membros Independentes do Conselho de
Administração

Recife, 24 de março de 2020

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, FLÁVIO CÉSAR MAIA LUZ, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.928.435-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 636.622.138-34, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Alameda Canadá, 162, Alphaville 2, CEP 06470-230, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

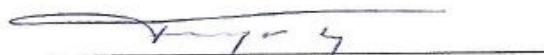
- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";

JUR_SP - 36425775v1 - 5302004.457413



(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.


FLÁVIO CÉSAR MAIA LUZ

Recife, 24 de março de 2020

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, SIDNEY LEVY, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.343.401 - IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 441.607.557-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, 231, 16º andar, Centro, CEP 20030-905, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";

(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'S. Levy', is written over a horizontal line. A long diagonal stroke crosses the signature from the bottom right towards the top left.

SIDNEY LEVY

Recife, 24 de março de 2020

Ao

Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. ("Companhia")

Ref.: Atendimento do critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do "Novo Mercado"

Para os objetivos dos artigos 16 §1, §2, e 17, I do Regulamento de Listagem do "Novo Mercado", eu, HERBERT STEINBERG, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 51.882.619 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 791.851.778-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, 286, 6º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, afirmo e declaro que:

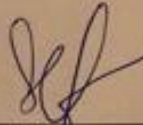
- (1) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (2) meu direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração não está vinculado a acordo de acionistas cujo objeto inclua matérias relacionadas à Companhia;
- (3) não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral em primeiro ou segundo grau em relação ao acionista controlador ou a qualquer administrador da Companhia ou dos acionistas controladores;
- (4) não fui empregado ou diretor da Companhia ou de seus acionistas controladores ou das suas subsidiárias da Companhia, afiliadas ou "joint ventures" nos últimos 3 (três) anos;
- (5) não tenho relações comerciais com a Companhia, seus acionistas controladores, ou suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures";

JUR_SP - 36425779v1 - 3302004.457413



(6) não tenho cargo em empresa ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seus acionistas controladores que tenham poder de decisão em relação à condução das atividades da referida empresa ou entidade; e

(7) não recebo qualquer remuneração da Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, afiliadas ou "joint ventures", além daquela relativa à minha posição como membro do Conselho de Administração da Companhia ou de Comitês da Companhia.



HERBERT STEINBERG

